

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

ATA Nº 021

**PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA**

O SR. PRESIDENTE (SIVAL BARBOSA) - Senhoras e senhores, boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência pública, com o objetivo de discutir políticas de distribuição e utilização do gás natural, tanto veicular quanto canalizado para uso residencial e industrial.

Informo a todos os presentes que esta Audiência Pública foi requerida pelo Deputado Silval Barbosa, pelo Deputado Sérgio Ricardo e pela Deputada Ana Carla Muniz.

Convido para compor a Mesa: a Deputada Ana Carla Muniz, o Deputado Sérgio Ricardo, o Sr. Alexandre Furlan, Secretário de Indústria, Comércio e Mineração, o Sr. José Epaminondas Matos Conceição, Secretário Adjunto de Desenvolvimento do Estado, o Sr. Franc Sugranes Diretor Comercial da GASOCIDENTE; o Sr. José Fernando Chaparro, Presidente do SINDPETROLÉO.

Agradeço e registro a presença do Sr. Waldir Rosa, Vereador de Terra Nova do Norte; do Sr. Odécio Marcondes, Superintendente do SINGREMAT - Sindicato de Construção de Rede Elétrica, do Sr. Jonas Silva, Secretário Parlamentar do Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. Navarro da Costa Ferreira, Diretor da empresa CONSTINI; do Sr. Cleiton Ney, Vereador de Matupá e Superintendente da ONE - Instituto Nacional do Meio Ambiente; do Sr. René Rodrigues, Técnico do Instituto Mato-grossense de Metrologia e Qualidade Industrial; do Sr. Fábio Lemos, Diretor-Geral do INMETRO; do Sr. Gianfranco Scarabottolo, Inspetor Técnico da SETA; do Sr. Jean M. Van. Den Haute, membro da Associação de Usuários de Transporte Coletivo do Estado de Mato Grosso; do Sr. José de Moraes, ouvinte; do Sr. Alberto Romeu Pereira, Secretário Executivo do SINDPETROLÉO; do Sr. Marcos Antônio, Chefe de Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio, Alexandre Furlan; do Dr. Adair da Silva Leite, Presidente da AGER; do Sr. Antônio Carlos Machado Batista, Superintendente da FIEMT; do Sr. Diogo Egídio Sanches, Diretor da AGER; do Sr. Lourenço Mayashida, Assessor do SINCREMAT; do Sr. José Antônio Mesquita, Vice-Presidente da FIEMT, de Dom Azevedo, Diretor Executivo do Instituto Nacional de Meio Ambiente; do Sr. Vereador Sivaldo de Campos, de Cuiabá; do Major Alves, representante do Comando do Batalhão Ambiental; do Sr. Cláudio José, Diretor da Estrada Araguaia, comerciante; do Sr. Gabriel Matos, Diretor da AGER; do Sr. Brett Wiggs, Diretor-Presidente da GASOCIDENTE.

Com a palavra, o Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa em nome dos Deputados Silval Barbosa e Ana Carla Muniz.

Sr. Secretário Alexandre Furlan, Sr. José Epaminondas Matos Conceição, Sr. Franc Sugranes, Srs. Vereadores, meu amigo Vereador Sivaldo Dias Campos, meu amigo Adair da AGER,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

demais autoridades aqui presentes, este momento é muito importante para a história de Mato Grosso.

Quem não entender o que direi aqui um dia vai entender com toda certeza. Esta Audiência Pública é um pontapé inicial e começa na Casa do Povo, nesta Assembléia Legislativa, num entrosamento com os interesses do povo, defendidos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração e por todas as entidades que estão ligadas à questão do gás natural.

A pergunta que fica sempre é: por que esse gás já não está à disposição da população, se há mais de dois anos ele está aqui em Cuiabá?

Eu sempre ouvi falar muito do gás natural, mas como ele foi sempre muito distante... Eu mesmo não conseguia entender, Sr. Epaminondas, como é que ele funcionaria na minha vida, na vida das pessoas. Como é que esse gás natural... Onde é que ele me atinge, onde é que ele me beneficia ou me prejudica, como é que ele pode mudar a vida individual, a vida da economia do nosso Estado. Diante disso, fui a São Paulo. Aproveitando o fato de ser jornalista, fui a São Paulo há um mês, para buscar a resposta, exatamente na cidade de São Bernardo do Campo, que é uma cidade altamente automobilística e onde está a grande massa trabalhadora do País, para fazer uma matéria, porque lá se utiliza muito o gás natural.

Eu quero que os senhores assistam a um vídeo. Ele é bem rápido. É uma reportagem que fiz lá, onde o gás natural já é utilizado em grande escala, principalmente como combustível. Eu fiz mais o trabalho em cima do gás natural como combustível. Ele é utilizado na indústria e tudo, mas eu fiz mais na questão do combustível. Podemos assistir?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Deputado Sérgio Ricardo, só uma sugestão.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Vamos desfazer a Mesa, então, para que todos os seus integrantes tenham oportunidade de assistir ao vídeo.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Eu acho que seria importante, porque em cima dessa questão eu vou mostrar a realidade. O vídeo é rápido, 12 minutos, e nos permitirá até fazer um juízo de valor em cima dessa questão aí. Então, vamos nos sentar ali para acompanharmos e, depois, recompostemos a Mesa.

(NESTE MOMENTO, É EXIBIDO O VÍDEO SOBRE O GÁS NATURAL.)

O SR. SÉRGIO RICARDO - A coisa foi bem didática. Muitos dos senhores já viram aqui, mas acontece que, como apresento um programa, sempre considero que tem gente que nunca ouviu falar. Eu, por exemplo, nunca tinha visto uma bomba.

A matéria foi bem didática, bem explicativa, exatamente para dar uma idéia para quem nunca viu de como funciona lá.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Parabéns, Deputado Sérgio Ricardo, pelo trabalho.

Nesta Audiência Pública vamos debater a MTGás. Vamos falar desde o processo que está colocado para privatização, para informar aquelas pessoas que não conhecem, até o processo de abastecimento. A Audiência Pública é justamente para debater isso.

A nossa assessoria, juntamente com a da Deputada Ana Carla, vem debatendo e estudando e vamos mostrar mais alguns dados para aqueles que desconhecem o processo do gás natural.

Com a palavra, o Sr. Aroldo Bernado de Souza.

O SR. AROLDO BERNADO DE SOUZA - Boa-tarde, senhores e senhoras, Deputados e Deputadas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Com a chegada do gás natural em Mato Grosso, há dois anos, o Governo do Estado começou a criar uma política para fazer com que esse gás pudesse ser distribuído no Estado. Com isso foi apresentado para a Assembléia Legislativa o projeto de lei que cria a Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás. E, para que o gás possa também ser usado nos veículos, o Deputado Silval Barbosa está apresentando um projeto de lei que institui a política estadual de incentivo à utilização do Gás Natural Veicular (GNV) e dá outras providências.

Nós vamos apresentar no telão, os senhores podem acompanhar, alguns tópicos desse projeto de lei e depois explicar melhor o que é o gás natural veicular e de que forma ele vai estar nos beneficiando.

O projeto de lei, no seu art. 2º, diz o seguinte: “A política estadual tem por finalidade incentivar os proprietários de veículos automotivos a realizem a conversão para o bi-combustível, objetivando a utilização e o consumo do GNV - Gás Natural Veicular aos postos de combustíveis que se disponham a sua distribuição e às oficinas mecânicas que se disponham a prestar serviços mecânicos para a conversão.”

A adesão de que trata essa política abrangerá, de imediato, toda a frota da estrutura oficial dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado de Mato Grosso, após a sua regulamentação.

As concessionárias de revenda de veículos que adquirirem os veículos com a opção do bi-combustível terão, no ato da comercialização, redução do ICMS a ser estabelecido pela Secretaria de Estado de Fazenda.

O benefício de que trata esta política estender-se-á aos postos de combustíveis na aquisição de equipamentos, com o fim específico de atender ao abastecimento dos veículos a gás e às oficinas mecânicas na aquisição de peças para a conversão ao GNV.

Os proprietários de veículos particulares, os frotistas que não exercem atividades de prestação de serviços de transporte e as frotas de ônibus das empresas concessionárias de transportes rodoviários coletivos municipais e intermunicipais que realizarem a conversão para o bi-combustível terão um desconto de 50% no pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos - IPVA.

Este projeto de lei já começa a tramitar aqui na Assembléia Legislativa.

Talvez as pessoas não tenham se atentado para isso, mas Mato Grosso tem um dos combustíveis mais caro do País porque é distante das bases distribuidoras. Ao inverso do que acontece hoje, estamos na entrada do gás que vem da Bolívia. Nós poderíamos até, como foi questionado pelo Deputado Sérgio Ricardo, ter esse gás mais barato do que aquele que chega ao Rio Grande do Sul, que chega ao Estado de São Paulo. Para isso, é necessário fazer a discussão desses projetos de lei e a apreciação dos mesmos.

O que é GNV?

GNV é uma sigla que significa gás natural veicular, ou seja, é o gás natural utilizado em veículos automotores.

Várias são as razões para fazer do gás natural o combustível para seu veículo:

- menor preço: é muito mais barato que gasolina e álcool;
- redução da poluição: é o mais limpo dos combustíveis automotivos, com menor impacto ambiental;
- menor custo de manutenção: por ser mais limpo, aumenta a vida útil das peças dos motores veiculares;
- grande oferta: existe em abundância na natureza, inclusive no Brasil, com a chegada do gás da Bolívia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Apesar de ainda pouco conhecido no Brasil, o GNV vem sendo largamente utilizado, com amplo sucesso em várias partes do mundo: Estados Unidos, Europa, Argentina, que é a nossa vizinha, entre outros. Na Argentina, por exemplo, onde o programa de utilização de GNV é bem mais antigo que o brasileiro, quase 10% de toda a frota de veículos leves já está convertida e utiliza o GNV.

Hoje, no Brasil, já são aproximadamente 400.000 veículos, entre carros de passeio, táxis, ônibus, caminhões e utilitários, rodando com o gás natural pelas principais cidades brasileiras.

Hoje, em média, trezentas conversões diárias de veículos ao GNV são realizadas em todas as regiões. Onde esse combustível está disponível há grandes provas das vantagens na sua utilização.

O GNV é um combustível barato, limpo e seguro. É reconhecidamente o mais seguro dos combustíveis. Proporciona mais de 70% de economia com gastos de combustíveis. Aumenta a vida útil do motor. Aumenta o intervalo de trocas de lubrificante. É o menos poluente de todos os combustíveis.

Qualquer veículo a gasolina ou a álcool pode ser convertido ao gás natural. O veículo pode continuar rodando com o combustível original, só é feita a adaptação (*Dual Fuel*). Se necessário, é possível alterar de um combustível para outro com o veículo em movimento. A conversão é rápida e, ao trocar o veículo, sua reversão é possível. Suas próprias características físicas impedem o desvio ou adulteração do combustível, o que vem acontecendo muito, hoje, no País, com a gasolina e também com o álcool. O custo da conversão é acessível e se paga em pouco tempo. Hoje, já existem agências bancárias que estão fazendo já o financiamento para a conversão do GNV.

Hoje, o álcool com relação à gasolina, no que se diz respeito ao custo/benefício:

- exige ficar atento ao nível de reservatório de partida a frio;
- tem maior poder corrosivo que a gasolina;
- pelo menor poder calorífico que a gasolina, gera um consumo maior. Então, o álcool tem uma desvantagem em relação à gasolina, não se falando em preço.

Atualmente, a gasolina é o combustível mais caro encontrado nos postos de abastecimento, principalmente no Estado de Mato Grosso; dissolve parte da película lubrificante de óleo do interior dos cilindros; pela alta taxa de enxofre, facilita a formação de ácido sulfúrico dentro do motor, o que provoca desgastes das peças internas.

Em comparação com o álcool e o GNV, a gasolina é o combustível que gera maior emissão de poluentes.

Em tudo o GNV leva vantagem. Em média, custa menos da metade do preço da gasolina. Gera o menor volume de gases poluentes ao meio ambiente, se comparado à gasolina e ao álcool. Proporciona maior durabilidade ao motor e menos desgaste, quando comparado ao álcool e à gasolina.

A conversão hoje custa em média de R\$2.500,00 a R\$4.000,00. A conversão é bem rápida, simples e realizada em oficina credenciada pelo INMETRO. É bom salientar que as oficinas devem ser credenciadas, para que a pessoa tenha a garantia da instalação do seu equipamento. A originalidade do veículo é mantida. O sistema pode ser transferido para outro veículo, exigindo mínimas modificações. A conversão dura em média 8 horas de trabalho na oficina.

Quero mostrar aqui a conversão. O que vai?

Vai válvula do cilindro, que é o nº 1; cilindro GNV, que é o nº 2; nº 3, controle eletrônico; nº 4, chave comutadora; nº 5, válvula eletrônica para controle do gás; nº 6, manômetro;

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

nº 07, o misturador de ar e gás; e nº 08, redutor da pressão do gás. E aí está feita a conversão do seu veículo para o gás natural.

Nós torcemos para que chegue logo a Mato Grosso para que possamos ter economia.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu gostaria de convidar os componentes da Mesa a retornarem aos seus lugares.

(NESTE MOMENTO, É RECOMPOSTA A MESA DOS TRABALHOS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Convido o Deputado Pedro Satélite e o Dr. Adair da Silva Leite, Presidente da AGER, para comporem a Mesa.

Queremos, ainda, registrar a presença do Sr. Odenir Ramos de Moura, Presidente do IBAP; da professora Maria Salette de Oliveira Costa; da estudante Tânia Hotaschi; do Sr. Vicente Neto, Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo; do Sr. Genésio Gomes Feitosa, Vereador de São José do Povo; do Sr. José Carlos Bazan, Vice-Presidente da ADERCO; do Sr. Luciano Simaral, do gabinete do Vereador Dito Fiscal; do Sr. Francisco de Andrade Lima, Procurador do Estado. Obrigado pela presença de todos.

Com a palavra, a Deputada Ana Carla Muniz.

A SRª ANA CARLA MUNIZ - Inicialmente, cumprimento o Exmº Sr. Alexandre Furlan, Secretário de Indústria, Comércio e Mineração; cumprimento os Deputados em nome do Deputado Silval Barbosa; cumprimento todos os colegas aqui presente, imprensa, público e, em nome do Vereador Sivaldo Dias Campos, do PT, companheiro que está aqui participando desta Audiência Pública, todas as autoridades.

Desde que assumi o mandato procurei levantar alguns pontos que mereciam uma discussão não só do Parlamento, mas também da sociedade, numa integração, para que pudéssemos ser parceiros nesse novo momento que Mato Grosso está vivendo com a eleição do Governador Blairo Maggi.

O gás natural foi um dos temas que escolhi para discutir e debater, para que todos pudessem tirar suas dúvidas e ver o melhor caminho a seguir, uma vez que o gás está instalado em Mato Grosso há dois anos e o volume é muito grande, mas ninguém da sociedade, da população, pode ainda usá-lo.

Em 2001, o País passou por uma grave crise de racionamento energético. O brasileiro ficou mais de seis meses com medo de ficar literalmente no escuro. Problemas com a falta de fonte de energia estão se acumulando e, caso as autoridades não tomem as devidas providências, corremos o risco de, num futuro bem próximo, passar novamente por esses problemas.

Para os senhores terem uma idéia, o petróleo que é uma das fontes mais usadas de energia está se esgotando. Pesquisadores estimam que as reservas do ouro negro tendem a extinguir nos próximos quarenta anos. Além disso, pesa ainda na balança o alto custo dos seus derivados, como a gasolina, e o permanente risco de contaminação no meio ambiente.

Dentro dessa realidade, o gás natural é uma solução prática, eficiente, barata, segura e ecologicamente correta.

O Gasoduto Brasil/Bolívia tem hoje capacidade de transporte de 2,8 milhões de metros cúbicos por dia, mas poderá chegar a 7,5 milhões de metros cúbicos. Desses 2,8 milhões, a usina termoelétrica consome em torno de 2,3 milhões de metros cúbicos por dia. Do que sobra, cerca de 600 mil metros cúbicos são para o consumo de automóveis, residências e indústrias. Apesar de instalado há dois anos, esse excedente ainda não chegou ao consumidor.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Imaginem quanto os taxistas, os donos de vans, comerciantes, industriários e até o cidadão comum deixarão de ganhar pela não-utilização desse gás, sem contar que o dinheiro da economia poderia ser utilizado em outras áreas mais importantes como saúde e educação.

É por esta razão que estamos, desde quando assumimos, apoiando o Governador Blairo Maggi para que, em conjunto, consigamos implantar a MTGás, buscando assim a normatização, a instalação e a distribuição do gás natural, o que geraria emprego e renda, economia ao consumidor e melhoria a todos.

Com o término da ferrovia e a instalação do Porto Seco em Rondonópolis, tem-se a perspectiva de que muitas indústrias vão se instalar naquela região e a nossa luta é para que logo após a fase inicial de implantação e distribuição do gás em Cuiabá e Várzea Grande possamos estender, o mais rapidamente, o gás até Rondonópolis e cidades da região sul e do Araguaia e, posteriormente, a todo o Estado.

Além de servir de fonte de energia para as indústria e comércio, o gás natural também serve para uso do consumidor residencial. No segundo caso, o chamado gás natural leva muitas vantagens sobre os derivados de petróleo. Assim como a gasolina, ele será vendido nos postos das maiores redes de abastecimento, como o nosso colega, Deputado Sérgio Ricardo, apresentou.

Na Argentina, por exemplo, chega a ser 73% mais barato do que a gasolina. Aqui no Brasil e em Mato Grosso cogita-se uma economia de 63% para o motor do carro, com uma maior vida útil.

Nós temos o SENAI que treinou setenta técnicos para fazer a conversão dos veículos para gás natural e essa mão-de-obra toda está na expectativa de ser aproveitada e entrar no mercado de trabalho. Então, já temos técnicos treinados. O que falta agora é a agilidade do Poder público para que esse serviço saia do papel e realmente beneficie a população.

A nossa luta é para que a Companhia seja instalada, o Governo faça os procedimentos legais e nós do Legislativo sejamos parceiros para que todos se beneficiem de um produto, de uma energia que está paralisada há dois anos, para que a população tire um proveito muito grande, de todas as formas, no seu uso.

No mais, agradeço e quero ouvir e debater aqui com os parceiros.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Furlan, Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Estado.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Obrigada, Deputado Silval Barbosa.

Na pessoa dos Deputados Silval Barbosa, Ana Carla Muniz, Sérgio Ricardo e Pedro Satélite cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os presentes.

Em verdade, nós não precisamos falar aqui, pelo menos dos benefícios da utilização do gás natural, porque já explanaram isso aqui à exaustão.

Nós precisamos ter em mente que, na verdade, a utilização do gás reduz o impacto negativo das variações climáticas, que foi o caso que nos levou a ter o apagão, por conta de os nossos reservatórios baixarem muito. Geralmente as termelétricas estão localizadas nos grandes centros, o que facilita muito a distribuição. É óbvio que as questões que hoje nós precisamos debater aqui, além da utilização do gás do ponto de vista veicular e do ponto de vista industrial, é algo que precede a tudo isso.

Nós estamos aqui para debater o projeto de lei que já foi encaminhado pelo Governador do Estado, Blairo Maggi, à Assembléia Legislativa e que dá a formatação do que virá a ser a Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás, que se responsabilizará por essa distribuição.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

É muito importante que nós saibamos que o modelo da Companhia Mato-grossense de Gás é o modelo... Nós procuramos verificar quais eram os modelos das outras companhias de gás existentes no Brasil. Eu não sei se os senhores sabem que existem Estados no País que já têm a companhia distribuidora de gás sem ter o gás, como é o exemplo de Goiás e de Rondônia. Nós temos o gás, mas não temos a companhia que possibilita a distribuição. Então, esse é o primeiro passo.

Eu faço absoluta questão de assim colocar porque, na verdade, a questão da utilização veicular e a questão da utilização industrial são passos subseqüentes àquilo que nós hoje também deveremos discutir aqui, que é a criação da Companhia Mato-grossense de Gás, que terá o formato de sociedade de economia mista, onde o Estado participará com 51% das ações ordinárias, ou seja, caberá ao Estado de Mato Grosso, por ser o detentor da maioria do capital, decidir as coisas, estabelecer as diretrizes para que o gás seja distribuído e utilizado desta ou daquela forma.

Então, é esse o formato. O Estado não vai ter ações preferenciais, apenas ações ordinárias. Depois de aprovado o projeto de lei pela Assembléia Legislativa, que obviamente vai ser discutido com toda a proficiência, com toda a acuidade pelos Srs. Deputados, nós teremos a licitação para buscar os parceiros que vão fazer parte da MTGás - parceiros que aportem não só a tecnologia necessária para a distribuição, para a construção dos ramais, mas também parceiros que estejam dispostos a fazer inversões financeiras consideráveis, que nós estamos estimando inicialmente entre 30 a 40 milhões de reais - e, num terceiro momento, para termos, aí sim, a utilização tão importante dessa matriz energética alternativa, confiável, mais limpa, menos poluente, como tudo aquilo que já foi dito aqui.

Esses dias nós tivemos, na Confederação Nacional das Indústrias, uma palestra com o Presidente da Associação Brasileira de Gás, que nos transmitiu uma preocupação de que o gás passará a ser competitivo no mercado energético brasileiro na medida em que nós possamos satisfazer determinadas condições. Ou seja, primeiro deles, no nosso caso aqui: o Governo brasileiro hoje, através da sua Companhia, tem um contrato com o Governo boliviano que não interessa, para efeito de preço, a Mato Grosso, porque o preço hoje que existe com a Bolívia é de 1.7 dólares o metro cúbico com mais o preço de transporte de 1.7 dólares o metro cúbico e mais algumas coisas, o gás chega a quatro dólares o metro cúbico, algo que não possibilitaria todas essas vantagens, como muito bem lembrou o Deputado Sérgio Ricardo quando fez a sua entrevista lá em São Paulo. A idéia do projeto que nós formatamos tem um conceito um pouco diferente daquelas companhias que existem em outros lugares do Brasil. Isso também precisa ser discutido e ser consensado.

Eu paro por aqui porque podemos ter várias chances de discutir depois o projeto que foi capitaneado pela Secretaria de Indústria e Comércio, Mineração, cujo pleito para se transformar em Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia também já tramita nesta Casa de Leis, para que nós possamos absorver a responsabilidade da condução da área energética do Estado lá na Secretaria. Nós procuramos mandar um projeto que colocasse Mato Grosso com uma companhia de gás diferente. Uma companhia de gás que tem a sua própria estrutura, que tem a sua própria forma de ser e que pode estar negociando preços de gás muito mais perto do que São Paulo, uma vez que estamos aqui a menos de 1.000km do gás da Bolívia e São Paulo está a mais de 2.000km.

Nós queremos ter competitividade, para que, aí sim, possamos, como foi colocado aqui na explicação do gás natural, ter um gás vendido nas bombas de combustível entre 70 a 80 centavos. Para isso nós precisamos ter boa negociação e ter parceiros que aportem tecnologia e façam inversões financeiras nos moldes em que nós acreditamos que sejam necessários.

Seria isso no momento, Deputado Silval Barbosa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Obrigado, Sr. Alexandre Furlan.

Quero também registrar a presença do Sr. José Antônio Lemos, Secretário Estadual do Aglomerado Urbano; da estudante Claudete Castro e do Sr. Paulo Henrique Ferreira, da Assessoria do Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Vereador Luiz Marinho.

Com a palavra, o Sr. José Fernando Chaparro, Presidente do SINDPETRÓLEO.

O SR. JOSÉ FERNANDO CHAPARRO - Boa-tarde a todos.

Como representante da categoria dos postos revendedores, nós achamos salutar a vinda do gás, mas, como o Secretário Alexandre Furlan disse, devemos tomar cuidado para não deixarmos a população ansiosa, numa expectativa muito alta quanto à utilização.

Existem muitas pessoas que, hoje, deixaram seus carros na garagem em virtude do alto custo da gasolina, não só em Mato Grosso, mas em nível de Brasil.

O custo e a dificuldade também para que seja distribuído o gás aqui em Cuiabá e levado para o interior... Não é de uma hora para outra que isso se fará. Há morosidade e demora para criação da empresa, porque é uma coisa que tem que ser bem feita, bem pautada. Somos adeptos, abertos, ficamos satisfeitos em termos também no Estado mais uma alternativa de combustível ao consumidor. Somos da categoria e estamos ansiosos também para que isso chegue até os nossos comércios.

Mais uma vez, não podemos deixar que os cidadãos, principalmente aqueles com poder aquisitivo menor, tenham ansiedade de ver de uma hora para outra, hoje ou amanhã, de poder encostar em um posto e abastecer o seu carro movido a gás. Tem a transformação, tem a especialização e, principalmente, a implantação do posto. Têm que ser puxados os ramais para que sejam feitos esses postos e também tem o alto custo de instalação deles.

Em nome da categoria, estamos também ansiosos em ter esse novo produto em Mato Grosso, para oferecermos aos nossos consumidores. Que seja bem-vindo e que a empresa de distribuição criada pelo Estado possa ser realmente uma empresa que atenda a todas as necessidades, comercial, pública e dos usuários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador, eu quero observar que, caso haja interesse de alguém em interpelar ou formular alguma pergunta ou sugestão, está aberta a inscrição e terá um prazo de três minutos.

Com a palavra, o Dr. Adair da Silva Leite, Presidente da AGER.

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Boa-tarde a todos! Eu cumprimento todos nas pessoas dos Deputados Silval Barbosa, Sérgio Ricardo, Pedro Satélite e da Deputada Ana Carla Muniz.

Inicialmente, cabe-me cumprimentar os Deputados pela iniciativa desta Audiência Pública.

Cabe-me também fazer rapidamente um breve relato sobre essa situação. Na verdade, esse assunto já vem sendo discutido em Mato Grosso há muito tempo.

Inicialmente, tentou-se fazer a licitação da concessão de distribuição de gás, e toda sociedade conhece esse processo. Infelizmente, não houve proponente, e a licitação tornou-se vazia, deserta. Depois, discutiu-se a criação, que seria um outro modelo para a distribuição, que seria exatamente a distribuição através de uma empresa de economia mista, no caso a MTGás.

Do projeto de lei, hoje, como está, eu confesso que não tomei conhecimento, porque só recebi a cópia agora. Até em função disso, Deputado Silval Barbosa, eu sugiro que se abra um prazo para que as pessoas, para que os segmentos da sociedade possam apresentar suas sugestões em torno desse projeto de lei, porque eu acredito que da forma como está aqui

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

difficilmente nós poderíamos entrar em detalhes. Já foi dito aqui, por todos que me antecederam, a questão da utilização do gás. Isso é indiscutível, o benefício que isso traz à sociedade.

O Estado de Mato Grosso, hoje, talvez seja o Estado mais privilegiado em termos de matriz energética, mas daí em termos de ter o potencial e em termos de utilização, a coisa é um pouco mais complicada. Até na chamada da televisão, nós vimos que estavam falando do gás residencial, para consumo residencial. Na verdade, isso está muito longe de acontecer, mesmo porque a MTGás, conforme bem colocou o Secretário Alexandre Furlan, é um passo inicial para consolidar essa situação. É preciso toda uma estrutura de investimento, porque de todas essas utilizações o gás veicular e para a indústria se torna bem mais barato em Cuiabá, onde hoje já tem o *city gate*. Daí para se utilizar, a questão é muito simples, mas daí para frente, a coisa já começa a complicar e muito.

Para o consumo residencial, por exemplo, tem que se falar na rede para distribuição, que não é uma coisa barata. É preciso que fique bem claro que a MTGás só se torna economicamente viável considerando o gás que é consumido pela Usina Termelétrica, conforme foi colocado aqui pela Deputada que, dos dois milhões e oitocentos mil metros cúbicos hoje disponíveis, possíveis de serem transportados, dois milhões e duzentos são destinados à Usina Termelétrica. Portanto, é esse gás que vai dar a viabilidade econômica e financeira para a MTGás. Mesmo assim, para ter as outras utilidades, vai exigir investimentos.

O projeto anterior foi muito discutido. Algumas questões ficaram sem respostas, mas eu acredito que já tenham sido encontradas, até porque de lá para cá muita coisa já foi discutida, e acredito que já tenham sido respondidas todas as questões. É importante que estejamos aqui hoje discutindo conscientes de que esse processo se inicia agora com a criação da MTGás. É preciso que esteja definido o volume de investimento que vai ser feito por essa empresa, porque a ela estará sendo outorgada a distribuição do gás, que é uma titularidade do Governo do Estado, e que esse gás possa, de fato, estar disponível para a sociedade no menor tempo possível. É preciso que nós tenhamos a verdadeira consciência do que representa o que está aqui hoje acontecendo, para que nós não sejamos surpreendidos ou para que não tenhamos expectativas além daquilo do que pode acontecer.

Encerrando as minhas palavras, Deputado Silval Barbosa, eu volto a solicitar que seja estabelecido um prazo, para que a sociedade ou quem se interessar possa apresentar sugestões e esse projeto. Eu acredito que hoje talvez seja mais para tirar dúvidas do que para apresentar sugestões. Eu acredito que, assim como a AGER, a sociedade também não teve conhecimento prévio desse projeto de lei para que pudesse apresentar sugestões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Muito bem. Quero agradecer ao Dr. Adair e dizer, não só ao senhor, mas a todos os presentes que se quiserem ter acesso ao nosso projeto de lei e à mensagem do Governo sobre a MTGás, que já está na Assembléia Legislativa, a nossa assessoria aqui da Casa providenciará.

A oportunidade do debate, nós começamos então a abrir, através desta Audiência Pública. Se necessário for, certamente, antes da aprovação final desta mensagem, nós podemos promover outros debates como este, até mesmo através do convite da própria AGER.

As inscrições continuam abertas.

Concedo, agora, a palavra ao Sr. José Epaminondas Matos Conceição, Secretário Adjunto de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Boa-tarde a todos! Primeiramente, eu quero cumprimentar o Deputado Sérgio Ricardo, o Deputado Silval Barbosa e a Deputada Ana Carla Muniz pela iniciativa desta Audiência Pública para nós discutirmos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Quanto ao gás, quase tudo já foi falado. Por sugestão do Deputado Sérgio Ricardo, eu vou falar sobre outros consumos, principalmente sobre o consumo industrial que interessa de perto à sociedade cuiabana e várzea-grandense, além do veicular que foi bastante falado aqui.

Hoje, no Brasil, nós estamos consumindo cerca de 25 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Os maiores consumidores ainda são as geradoras de energia elétrica. O segundo consumidor é as indústrias. Em breve, as indústrias deverão passar a geração... Nós temos hoje sobra de energia e a geração hidráulica é mais barata, então há uma contenção na geração de energia termelétrica a partir do gás natural.

Esse consumo industrial nas Regiões Sul e Sudeste está contido porque, como o Secretário Alexandre Furlan disse, o alto preço praticado no mercado está inviabilizando, inclusive algumas indústrias que tinham convertido para o gás, estão voltando para outros combustíveis derivados do petróleo ou mesmo da biomassa. O Secretário Alexandre Furlan disse aqui o preço de 4 dólares. Ele cometeu um pequeno engano. Não são 4 dólares por metro cúbico, são 4 dólares por 1 milhão de BTU, que dão 26,8m<sup>3</sup>. O Deputado Sérgio Ricardo disse 0,99 o metro cúbico, e 1 milhão de BTU correspondem a 26,8 m<sup>3</sup>.

Nós fizemos algumas estimativas e acreditamos que aqui em Mato Grosso poderemos chegar, desse preço de 4 dólares, a 2 dólares, isso para os grandes consumidores, que são os geradores de energia. Então, com esse preço competitivo, nós poderemos atrair várias empresas, grandes consumidoras para o nosso Estado. Hoje, em Mato Grosso, a única alternativa que temos, além da biomassa, a lenha, é os derivados do petróleo. Esse combustível está vindo de São Paulo. São quase 2.000km de distância, com problemas de transporte. Nós estamos com todas as nossas rodovias sobrecarregadas. Então, isso viria a tirar centenas de veículos das estradas. Além das vantagens ditas aqui, há mais essa, que seria aliviar o trânsito nas nossas rodovias e viabilizar a competitividade das nossas indústrias. Além da indústria, tem o comércio, os serviços que todos podem utilizar. Por último, sempre deixamos por último o residencial, porque são pequenos consumidores.

Ao contrário do que o Adair falou, recentemente, em Botucatu, foi inaugurado um serviço de distribuição de gás domiciliar. A empresa que ganhou a concessão já inaugurou e já está distribuindo. Então, nós deveremos contar, também, com o gás para as residências. Então, tem a residência, o comércio e serviço, a geração de energia e o consumo industrial.

Eu vou terminar a minha fala aqui e estou à disposição para debates pontuais. Obrigado, Deputado Silval Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Obrigado.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Campos Neto e convidá-lo para fazer parte da Mesa.

Temos mais dois oradores e já abriremos a palavra para o debate.

Convido o Deputado Pedro Satélite para fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa, na pessoa de quem cumprimento os componentes da Mesa, eu vou ser breve e objetivo, até porque é uma Audiência Pública e nós devemos aproveitar para termos um entendimento maior nessa questão do gás. Com certeza, somos a favor da Mensagem do Governador que cria a Companhia Mato-grossense de Gás, mas como se trata de uma Audiência Pública, eu vou ceder o meu tempo às pessoas que estão aqui, que vieram ouvir e trazer mais algumas informações.

Eu já farei aqui, antecipadamente, uma pergunta. Sou um tanto leigo nesse assunto de gás, sei que ele serve para mover automóvel, mover isso e aquilo... Para transportar o gás para o interior, existe uma maneira de transportá-lo via terrestre, por caminhão, no caso, ou é só através de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

canalização? Para não criarmos uma expectativa, por exemplo, que o gás vai chegar lá no interior também... Alguém poderia explicar também se o custo dessa canalização é muito elevado, qual o custo para que o posto de combustível possa atender, para realmente não criarmos uma expectativa.

De qualquer forma, eu acho que esta Audiência Pública é muito importante, mais para esclarecimento. Então, eu faço inicialmente essa pergunta.

Também, o que me surpreende é - eu estava conversando agora há pouco - que o preço do gás em São Paulo é mais barato do que aqui em Mato Grosso. Eu não sei se isso já foi comentado. Se o gás vem da Bolívia, passa por Mato Grosso e vai para São Paulo, por que lá em São Paulo é mais barato do que aqui em Mato Grosso? Seriam essas perguntas que deixo formalizadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Não há mais orador da Mesa inscrito.

Registro a presença do Sr. Francisco Vuolo, Secretário Municipal de Cultura de Cuiabá.

Com a palavra o Dr. Epaminondas Matos Conceição, para responder as perguntas formuladas pelo Deputado Pedro Satélite.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Quanto ao transporte do gás natural, ele normalmente é feito através de dutos, mas existe tecnologia em outros países que já está chegando ao Brasil, inclusive o SENAI está desenvolvendo no Centro de Tecnologia do Gás, em Natal, no Rio Grande do Norte, e já está atendendo, experimentalmente, algumas indústrias distantes do eixo do gasoduto, levando o gás natural comprimido para municípios mais distantes.

Ainda não temos uma avaliação sobre quanto aumenta esse custo. É claro que aumenta. Para o segmento que está sendo atendido no Rio Grande do Norte, que é o segmento de panificadoras, está sendo economicamente viável. Posteriormente, outros segmentos serão tentados. Acreditamos que aqui em Mato Grosso podemos adotar essa mesma tecnologia.

Lá mesmo no Centro de Tecnologia do Gás, em Natal, estão sendo desenvolvidos também outros materiais para o armazenamento do gás. Nós vimos aqui, através do vídeo que o Deputado Sérgio Ricardo passou, que temos grandes cilindros de aço e esses cilindros são pesados, assim, isso limita, diminui, principalmente em veículos com motor 1.0, a capacidade de carga útil, porque já tem a carga própria. Então, o SENAI está desenvolvendo em seu Centro de Tecnologia outros materiais visando diminuir o peso próprio do recipiente. Isso vai baratear e viabilizar mais ainda a utilização do gás natural em outros municípios, em localidades que não tenham o gasoduto.

Quando ao preço mais barato que em São Paulo, informo que não temos o preço de Mato Grosso ainda, mas fizemos algumas simulações e chegamos à conclusão exatamente contrária, que o preço em Mato Grosso vai ser a metade do preço de São Paulo.

O que está ocorrendo, e talvez o senhor tenha se referido a isso, é em Mato Grosso do Sul e São Paulo. Se for em Mato Grosso do Sul, isso foi uma política definida pela PETROBRÁS, quando ela construiu o GASBOL, é o que ela chama de tarifa postal. Então, tanto faz, tanto em Corumbá onde o gás entra no Brasil quanto em Porto Alegre, que é a ponta do Gasoduto, a tarifa é a mesma. Essa é uma política decidida pela empresa, e o consumidor não pode falar nada, tem só que pagar.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - O Deputado Sérgio Ricardo quer acrescentar mais algumas informações, ainda em cima da pergunta do Deputado Pedro Satélite.

O SR. SÉRGIO RICARDO - É sobre a questão do custo. Nessa reportagem que eu fiz, em São Paulo o metro cúbico custa noventa e nove centavos, e a empresa é 100% privatizada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Então, essa questão do custo vai passar muito pela .... Qual vai ser a empresa que vai distribuir o gás em Mato Grosso? Qual será a empresa que vai fazer negócios com Mato Grosso? No caso de Campo Grande, é a PETROBRÁS que faz a distribuição e lá, a título de informação, existem dois postos distribuindo gás, e daqui a uns quinze dias vai ser inaugurado o Posto de Gás Natural da Cooperativa de Táxi. Então, a Cooperativa de Taxista de Campo Grande conseguiu essa concessão. Lá 51% são da MSGás, do Estado, e 49% da PETROBRÁS que faz a distribuição.

Então, o Sr. Epaminondas está completamente correto. Aqui o gás vai depender muito de quem vai fazer a distribuição e tem que ser mais barato do que em São Paulo. Nós estamos na metade do caminho, é o mesmo gasoduto. O gasoduto que leva o gás para São Paulo é aquele que sai lá por Campo Grande, e nós estamos na metade do caminho. Com certeza, se em São Paulo o metro cúbico custa noventa e nove centavos, eu diria que aqui ele não pode custar mais do que sessenta ou sessenta e cinco centavos.

Estamos distantes de chegarmos ao valor, Deputado Pedro Satélite, mas se nós sabemos somar dois mais dois, que é igual a quatro, e se lá em São Paulo é noventa e nove centavos, o metro cúbico, aqui tem que sair aí por sessenta centavos.

Eu quero só acrescentar aqui, porque algumas pessoas falaram que isso não tem a ver, é uma coisa que vai demorar e não podemos criar falsas expectativas, que temos que correr atrás das expectativas que a população tem. Mato Grosso do Sul já tem gás natural como combustível, São Paulo, Fortaleza, todos têm. Então, nós não estamos distante disso. Nós estamos muito próximos de termos postos de combustível aqui em Cuiabá distribuindo gás natural. Nós estamos muito próximos. O gás está aqui. Esse negócio de que não podemos criar falsa expectativa... Não tem falsa expectativa. O gás está aqui em Cuiabá. Eu diria que temos que correr para, no final deste ano, já termos o gás natural sendo distribuído nos postos de combustível em Cuiabá. Não tem mas, mas. Há dois anos que estamos nesse mas, mas. Então, não tem muita conversa. Agora é ação. Já tem o projeto tramitando aqui, agora é correr atrás disso e fazer com que as empresas interessadas venham para cá, coloquem os postos de combustível, de gás, e esse gás chegue ao tanque de combustível da população. Não tem mais como protelar isso. O gás já está aqui. Era só isso que eu queria acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Muito bem, Deputado Sérgio Ricardo.

Eu ainda quero registrar a presença do Sr. Luiz Dario, que também é empresário no ramo de combustível.

Concedo a palavra, já por ordem de inscrição, ao Sr. Gianfranco Scarabottolo, Inspetor Técnico da Empresa CETRA.

O SR. GIANFRANCO SCARABOTTOLO - Boa-tarde a todos.

Eu queria, primeiramente, agradecer o incentivo que os senhores estão dando em relação ao gás natural veicular.

A minha função é na área de segurança veicular. Nós somos uma empresa credenciada ao INMETRO, apta a fazer a inspeção de veículos que sofreram alteração de características e adaptação, no caso específico, do gás natural.

Quero salientar, quanto à segurança dos veículos, que a conversão deve ser feita por empresas que sejam credenciadas ao INMETRO. Deve ser feita uma fiscalização bem rigorosa, porque estão acontecendo, onde já é fluente a utilização do gás natural, alguns acidentes com relação às conversões, digamos assim, mal feitas por empresas que não estão aptas a fazer esse tipo de alteração. Gostaria que ficasse claro que a instalação é simples, mas não pode ser simplória. Ela

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

requer um procedimento cauteloso, desde a escolha do parafuso que vai fixar o cilindro até o botão que vai alterar a gasolina para o gás.

Seria isso aí. Eu gostaria de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Agradecemos a participação do Sr. Gianfranco Scarabottolo, Inspetor Técnico da empresa CETRA.

Com a palavra, o Sr. Waldemar Ferreira Borges.

O SR. WALDEMAR FERREIRA BORGES - Boa-tarde a todos.

Como membro da Sociedade Organizada de Mato Grosso, nós estamos interessados nesse assunto e vim aqui para me esclarecer e conhecer sobre esse projeto, sobre essa iniciativa dos senhores.

Nós estamos querendo saber sobre a área residencial, se esse projeto dos senhores também abrange a produção de gás para abastecer a área residencial, tipo botijão, essas coisas assim, para a área mais carente da sociedade. E também se os senhores planejam industrializar o gás, aproveitar mais os derivados dele, porque tem muitos derivados que estão sendo queimados e que não estão sendo aproveitados.

Se tiver alguém que possa me esclarecer sobre isso aí, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, para responder, o Sr. Epaminondas, especialista na área.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Eu quero falar ao Deputado Sérgio Ricardo que a área residencial está prevista no nosso projeto. A MTGás vai também distribuir nas residências. Agora, esse gás não é engarrafado em botijões, como o senhor falou. Ele é bastante diferente do gás liquefeito de petróleo. Ele pode ser liquefeito, mas em grandes quantidades, em grandes recipientes. Esses recipientes que nós temos, pequenos, de 13 quilos, são inviáveis economicamente.

Então, nós vamos distribuir através de canalização. Fazendo uma comparação bastante simples, nós vamos fazer uma rede de gás igual à rede de água. As casas e os prédios serão ligados nessa rede. Eles terão o relógio e pagarão pelo consumo que tiverem.

O envasamento em botijões semelhantes a do GLP não é viável economicamente.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Eu vou fazer também uma complementação aqui, até com informações que tenho como jornalista, em cima dessa pergunta.

No Rio de Janeiro, a empresa que distribui o gás também é 100% privatizada e é uma empresa de capital italiano que distribui lá. No Rio de Janeiro, mais de vinte mil residências já são servidas com o gás natural, através da rede que chega às residências. Eu estou falando de residências, não estou falando de prédio. Nos prédios muito mais ainda, porque existem as famílias concentradas, então, é muito mais interessante levar o gás onde estão os prédios. Mas no Rio de Janeiro, mais de vinte mil residências já estão abastecidas com o gás natural.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Sr. Jean Van Den Haute.

Antes quero pedir desculpas a todos do Auditório e aos componentes da Mesa, porque eu tenho que me ausentar da Audiência Pública. Solicito ao Deputado Sérgio Ricardo que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO SÉRGIO RICARDO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Jean Van Den Haute.

O SR. JEAN VAN DEN HAUTE - Muito obrigado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Boa-tarde a todos! Eu sou técnico em logística, principalmente em logística de transporte, mas eu tenho um pouco de experiência em gás natural, porque participei nos anos 60 da construção do gasoduto entre a Sibéria e a Bélgica.

Posso confirmar que para Mato Grosso o gás natural é um trunfo muito, muito importante, principalmente para a implantação da agroindústria, que nós precisamos realmente agilizar aqui. Como representante da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo, posso confirmar também que é outro trunfo importante, porque o gás natural deve permitir uma diminuição de 60% da poluição atmosférica dos ônibus e permite 30% de economia, a partir da implantação do sistema semimétrico de superfície, que é um veículo elétrico que utiliza o gás natural a partir da central termoelétrica de Cuiabá.

Então, eu fico à disposição para dar mais informações técnicas a respeito disso e agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Cláudio José, Presidente da Comissão Pró-emancipação de Estrela do Araguaia.

Eu gostaria de pedir para que as pessoas que fossem falar tentassem concentrar a sua exposição em três minutos para dar tempo para mais pessoas falarem e depois passaremos para a fase da discussão.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ - Muito obrigado.

Eu quero saudar todos com uma boa-tarde.

Quero agradecer os Deputados que tomaram essa iniciativa, a Deputada Ana Carla, o Deputado Sérgio Ricardo e o Deputado Silval Barbosa.

Eu sou lá do Baixo Araguaia e estou com uma grande preocupação com relação à pergunta que já foi feita sobre a chegada desse gás aos municípios mais longe. Para os senhores terem uma idéia, onde eu moro o litro da gasolina custa dois reais e sessenta e cinco centavos. É o preço mais barato da minha cidade, dois reais e sessenta e cinco centavos, por isso é que estamos preocupados com a nossa região que muitos conhecem, que é o Vale dos Esquecidos. Inclusive eu gostaria de pedir aos Deputados que lembraram de brigar por Mato Grosso, de lutar para que esse gás chegue até Mato Grosso, que lembrem também do povo do Baixo Araguaia, que passe pela mente da Assembléia Legislativa, do povo que tem poder aqui, que nós queremos ser também beneficiados. Para os senhores terem uma idéia, eu sou Presidente de uma associação que tem uma parati. A minha preocupação é porque essa parati é somente para assistência à saúde e o hospital mais próximo fica a cento e vinte e cinco quilômetros de estrada de chão. Portanto, eu gostaria de agradecer os Deputado, parabenizá-los pelo trabalho e quero pedir que lembrem também do Baixo Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Perfeitamente.

Sr. Epaminondas, a pergunta dele é também sobre a questão do transporte e, até onde nós já conhecemos, é possível levar o gás. Eu conversei com o Franc, que é da GASOCIDENTE e ele me disse que é possível transportar o gás através de caminhão. Pega-se onde abastece e leva-se de caminhão para a sua região, para Rondonópolis. Enfim, é possível e isso está sendo pesquisado no Centro de Tecnologia. É possível, sim, fazer o transporte.

Quero comunicar também que o Deputado Pedro Satélite teve que se ausentar para acompanhar o Deputado Silval Barbosa numa outra Audiência Pública.

Convido o Sr. Gabriel Matos, Diretor da AGER, para fazer uso da palavra.

O SR. GABRIEL DA SILVEIRA MATOS - Boa-tarde a todos! Boa-tarde a todas as autoridades presentes!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Eu estou falando aqui posteriormente ao Dr. Adair, que é o Presidente da AGER, apenas para complementar e já trago alguns questionamentos a respeito da lei.

Acho muito saudável essa discussão prévia aqui. Gostaria de parabenizar todos os Deputados que tiveram essa idéia.

Comungo até com o espírito afoito de realizar do Deputado Sérgio Ricardo. Eu também acho que nós não precisamos agradecer, o espírito tem que ser fazer.

O projeto já está na nossa frente e eu dei uma olhada nele rápida. Acho que nós temos que examina-lo com bastante calma. O Dr. Adair tem razão quando diz que não tivemos tempo para analisar o projeto de lei, mas como é dever da agência reguladora controlar e fiscalizar a distribuição do gás canalizado, é dever legal, então há que haver uma definição, o que chamamos de marco regulatório, uma definição muito clara, principalmente para não haver problemas com a empresa que atualmente explora o gás, como usuário livre, e para não haver problemas jurídicos futuros com a distribuidora e os demais usuários.

Dando uma examinada na lei, primeiramente eu gostaria de fazer um questionamento. O art. 1º autoriza a criação da MTGás e o § 6º faz uma ressalva de que poderão participar do capital social da companhia pessoas jurídicas que demonstrem qualificação na distribuição de gás canalizado, capacidade financeira adequada aos investimentos necessários ao desenvolvimento das atividades, além de não apresentar interesses econômicos conflitantes com os da companhia. Aqui eu já faço a primeira indagação. Cabe a AGER não só fiscalizar, mas também tomar as devidas cautelas para que não haja o monopólio. O que eu quero dizer aqui é que, hoje, quem explora a termelétrica, ou seja, a empresa EPE, tem como uma das sócias a ENRON. Isso é um fato notório. E uma das sócias da empresa que explora o gasoduto é também a ENRON. Então eu faço o primeiro questionamento. Nada contra a ENRON, muito pelo contrário, eu acho que ela veio trazer desenvolvimento para o Estado. Se a distribuidora vai comprar gás de um vendedor de gás na Bolívia e, pelas informações que eu tenho, quem paga o transporte desse gás para a companhia que explora o gasoduto é o vendedor, teria a ENRON, então, interesse econômico conflitante com o da companhia? Ou seja, será que ela vai poder participar desse procedimento? Esse é o primeiro questionamento que eu faço. Se ela já participa como sócia da companhia que explora o gasoduto, e o preço do transporte no gasoduto é embutido no preço da venda do produto, será que o interesse é conflitante com o daquela empresa distribuidora que adquirirá esse gás? Este é o primeiro questionamento que eu levanto.

Com relação ao art. 2º, que diz respeito à definição de usuário livre, eu acho isso muito importante, para que a situação da empresa que hoje explora e das futuras usuárias livres fique bem definida. Vejam porquê. Hoje, existe um usuário livre no Estado de Mato Grosso que tem um consumo altíssimo. A definição de usuário livre está aqui no art. 2º, muito bem colocado. Definiu-se como usuário livre a pessoa física ou jurídica que utilize gás canalizado previamente à prestação direta de qualquer serviço de distribuição pelo Estado. Então, como a termelétrica já vem utilizando o gás antes da criação da empresa, será usuária livre. Não só ela, mas qualquer outra que utilize quantidade igual ou superior a 1.000.000m<sup>3</sup> de gás canalizado por dia.

Eu faço um questionamento ao Dr. Epaminondas sobre qual o critério que foi utilizado - eu não sou da área do gás, não sou especialista - e se esse critério já é nacionalmente utilizado, 1.000.000m<sup>3</sup> de gás canalizado por dia, para ser usuário livre. Por que eu faço este questionamento? Porque pode ser que uma empresa distribuidora venha a ter grande viabilidade econômica e que seja, às vezes, necessário que outra empresa que consome mais de 1.000.000m<sup>3</sup> de gás por dia venha a comprar gás da distribuidora. Então, eu gostaria de saber qual o critério que foi utilizado para um milhão. Esse é mais um esclarecimento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Quanto às questões jurídicas, eu gostaria de enaltecer que o tratamento dado à EPE está muito claro. A Empresa Produtora de Energia Elétrica fica autorizada a utilizar gás para geração de energia elétrica, reconhecendo a mesma condição de usuário livre. Eu acho isso essencial para que ela não tenha problemas com o seu contrato, que já está em vigor. Ela continua como usuário livre, mas passa a pagar uma coisa que não pagava antes. Que coisa é essa? Ela passará a pagar algo que se chama margem de distribuição para a MTGás. Então, de acordo com o § 3º do art. 2º, ela pagará à MTGás 80% do valor da tarifa estipulada no § 2º do art. 4º. Ou seja, a EPE passará a ter um acréscimo no custo da sua produção, e esse acréscimo, obviamente, vai ser repassado na venda da energia elétrica para a companhia que adquire essa energia. E aí, eu faço a pergunta: Esse valor já está previamente calculado? É possível e viável para a empresa pagar essa quantia? Isso não vai implicar no final um acréscimo de energia elétrica para o consumidor? Sim ou não, a energia elétrica por ela vendida. Eu entendo que isso tem que ficar muito claro, porque é um valor que está imposto a ela pagar.

O § 3º do art. 2º fala o seguinte: “A EPE pagará à MTGás, pela utilização do gás canalizado em sua área de concessão, um encargo correspondente a oitenta por cento do valor estipulado no § 2º do art. 4º”. Só a EPE? E os demais usuários livres também não deverão pagar? Então, eu entendo que qualquer usuário livre deverá ter que pagar essa margem de distribuição, não só a EPE. Se outra empresa for criada como usuária livre, ela pagará? Pagará menos que o usuário livre?

(O SR. ALEXANDRE FURLAN FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GABRIEL DA SILVEIRA MATOS - A dúvida aqui é a seguinte: A EPE pagará oitenta por cento. E se um novo usuário livre for criado no Estado, que consuma mais de um milhão, ele deverá pagar cem por cento?

(O SR. ALEXANDRE FURLAN FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GABRIEL DA SILVEIRA MATOS - Certo. Essa era uma outra dúvida.

No mais, eu estou lançando essas dúvidas para discutirmos, porque eu acho importante que fique claro, para que haja estabilidade contratual, para minimizarmos algo que eu chamo de risco Mato Grosso. Eu acho que não podemos ter risco aqui. Então, tem que ficar claro e tudo bem pautado.

Quanto à utilização do gás, eu acho que não tem nenhuma dúvida do benefício que ele traz, e aí faço até um elogio ao projeto do Deputado Silval Barbosa, porque não adianta trazermos o gás, por exemplo, para o táxi, se o Governo de Mato Grosso não fizer uma isenção e um financiamento para aquisição de novos veículos. A frota de táxi hoje é muito precária no Estado, então, tem que ter veículo novo, isenção para fazer a instalação... Eu elogio a preocupação, desde já, com isso. Com os ônibus é a mesma coisa.

Também faço um questionamento aos entendidos da área na questão de se utilizar o gás canalizado para refrigeração. Pelo menos na região de Cuiabá tem um problema muito sério com o sistema de refrigeração dos grandes imóveis. Eu questiono se é possível utilizar o gás, não como fonte geradora de energia elétrica, mas como forma direta de mover um equipamento de refrigeração para grandes estruturas.

Eram esses os questionamentos que eu queria colocar aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Nós vamos pedir aqui ao Dr. Epaminondas que responda os questionamentos.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Vamos começar pelo § 6º do art. 1º, sobre se há incompatibilidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Como funciona o mercado? Você vai à Bolívia e lá tem dezenas de empresas vendendo gás. Você tem a livre escolha. A que lhe fizer o melhor preço, você vai comprar. Você compra o gás e precisa transportar esse gás. O transporte é um monopólio, quer dizer, só tem uma empresa que é dona do gasoduto. Então, você tem que acertar com ela o preço para esse transporte. É diferente de um transporte rodoviário, em que você tem diversas empresas e pode optar. No caso do gasoduto, não. Você só pode negociar com a empresa transportadora, dona do gasoduto. Então, de qualquer empresa, das dezenas que têm na Bolívia, você pode comprar, mas para transportar você só tem uma, que é uma subsidiária da EPE, da ENRON, e a ENRON é consumidora. Então, não vejo conflito em comprar o gás e transportar pela GASOCIDENTE, que, na verdade, são duas, você compra o gás, transporta na Bolívia pela GASORIENTE e no Brasil pela GASOCIDENTE e distribui em Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. GABRIEL DA SILVEIRA MATOS - A minha preocupação é exatamente essa. Se o dono da bola é quem coloca o preço do transporte e depois é a mesma pessoa que adquire o gás, não vai haver incompatibilidade?

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO (FALA FORA DO MICROFONE) - Não é a mesma.

O SR. GABRIEL DA SILVEIRA MATOS - A mesma, não, mas uma das empresas é sócia das duas companhias, ou seja, tanto da transportadora, que, ao aumentar o preço, aumenta o preço do produto que está sendo vendido, quanto da que vai comprar. É quanto a isso que eu quero saber se não há conflito.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Eu não vejo conflito, porque a GASOCIDENTE só tem uma função, ela é transportadora. A EPE é consumidora e não pode distribuir, ela não tem concessão e não pode distribuir, ela só pode comprar para consumo próprio. Então, ela não vai concorrer, de maneira alguma, com a MTGás. Mas vamos supor que haja algum... Não pode haver, porque ela está com um gasoduto com 90% de ociosidade. Então, ela quer vender transporte, o negócio dela é transportar para faturar. Então, ela não vai fazer isso. Mas vamos admitir que ocorra isso, aí chama-se a ANP para arbitrar, e ela arbitra, porque tem poderes para isso.

O Sr. Franc, da GASOCIDENTE, pediu para completar alguma coisa. Depois, voltarei a falar.

O SR. FRANC SUGRANES - Boa-tarde!

Na realidade, o Sr. Epaminondas já colocou quase tudo o que tinha para ser colocado. Eu gostaria de acrescentar mais um pouco.

Ele me apresentou...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – O Sr. Franc Sugranes é Diretor Comercial da GASOCIDENTE.

O SR. FRANC SUGRANES - Como o Epaminondas já colocou, nós somos uma empresa de transporte. Não vendemos gás, não compramos gás. A única coisa que nós ganhamos é o frete do transporte. Não temos um contrato com a EPE, porque a EPE não fez negócios de transporte. Ela compra gás de um fornecedor lá da Bolívia.

Além do que foi colocado, o nosso negócio é regulado. A ANP tem a responsabilidade e a autoridade de rever os custos. Temos um marco regulatório muito amplo e definido, que mostra o tipo de serviço e a quem temos que dar esse serviço.

Na realidade, quando o pessoal fala de consumidor livre, também tem uma figura muito similar no transporte do gás, que é o acesso livre. Qualquer pessoa que tenha o desejo de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

transportar gás tem todo o direito, e eu tenho a obrigação de dar o melhor serviço para ele. E a ANP está lá para que seja dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. José Epaminondas Matos Conceição.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Obrigado, Franc.

Quanto a sua segunda indagação de como nós chegamos a um milhão de metros cúbicos por usuário livre, tem uma Comissão no Conselho Estadual de Energia que estudou essa minuta. Analisando os projetos existentes na época sobre novas empresas de geração no Estado, havia mais dois projetos, nós chegamos a esse um milhão, que daria para fazer algo em torno de duzentos megawatts/hora. Então, dificilmente uma indústria vai conseguir ser consumidora livre. Seria, então, só para geração. Duas outras empresas que estavam pleiteando entrar no Estado, também, seriam consumidores livres e elas pagariam, que é uma outra pergunta sua, o que está estipulado no § 2º do art. 4º, R\$0,4288 por milhão de BTU. O senhor poderia perguntar como nós chegamos a esse número. Nós conseguimos esse número através do preço atual de uma empresa distribuidora de gás no Estado de São Paulo. Se nós transformarmos para metro cúbico vai dar R\$0,016 por metro cúbico.

Uma outra indagação sua foi sobre a utilização do gás para refrigeração. É viável, sim, já tem inclusive aparelhos pequenos a gás, como aparelhos de condicionamento de ar a gás. A indústria de alimentos, e aqui em Mato Grosso tem muita indústria de alimentos, precisa de calor, de frio e de energia ao mesmo tempo. Então, se ela quiser ela pode se desligar da CEMAT e comprar gás, gerar a sua própria energia, seu próprio calor e seu frio, apenas com o gás natural.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu queria convidar agora para fazer uso da palavra o Sr. Edito Santana, Presidente do Sindicato dos Taxistas (AUSENTE).

Com a palavra, o Sr. José Antônio Lemos, Secretário do Aglomerado Urbano.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO LEMOS - Boa-tarde.

Como Secretário Executivo do Aglomerado Urbano, em primeiro lugar, eu queria parabenizar a Assembléia Legislativa, na pessoa dos Deputados que propuseram esta Audiência Pública, o Deputado Sérgio Ricardo, a Deputada Ana Carla Muniz e o Deputado Silval Barbosa, e parabenizar também a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado por ter agilizado este projeto, na pessoa do Sr. Epaminondas e do Secretário Alexandre Furlan.

Realmente, como o Deputado Sérgio Ricardo colocou, é um absurdo. O gasoduto do Sul ficou pronto depois do nosso e o gás já está sendo utilizado pela população, enquanto nós aqui ainda estamos discutindo. Nós sabemos que têm diversos problemas, mas é importante que agilizemos. E essa agilidade da Secretaria e do Governo do Estado no sentido de mandar esse projeto e da Assembléia Legislativa de encampar e abraçar esse projeto, fazendo esta Audiência Pública, é muito importante.

Para o Aglomerado Urbano Cuiabá e Várzea Grande, seria até desnecessário falar da importância desse gasoduto. Todos estão esperando, tanto Cuiabá quanto Várzea Grande, como mais um elemento alternativo de desenvolvimento, para que essa grande metrópole, o Aglomerado, se consolide, proporcionando qualidade de vida para toda população.

Eu queria dizer também que esse assunto, desde o ano passado, quando foi praticamente implantado o Aglomerado Urbano, já tem sido motivo de preocupação na Câmara Setorial de Indústria, Comércio e Mineração. E agora que ele está sendo novamente implantado, certamente, a Câmara Setorial de Indústria, Comércio e Mineração vai dar uma dedicação especial a esse assunto, assim como a questão da ferrovia, assim como a questão do Porto Seco, mas especialmente nessa questão do gasoduto, porque realmente há mais de dois anos que temos o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

gasoduto, nós temos uma disponibilidade de energia aqui dentro do Aglomerado Urbano, e está praticamente ocioso. É nesse sentido que eu queria me manifestar.

Quero parabenizar a Assembléia Legislativa, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Sérgio Ricardo, a Deputada Ana Carla Muniz, a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração e o Governo do Estado, por finalmente agilizarem esse processo, que é de fundamental importância para o desenvolvimento de Cuiabá e Várzea Grande. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Edito Santana, Presidente do Sindicato dos Taxistas.

Quero registrar também a presença do Sr. Jair Dorigon, Presidente do INMETRO de Mato Grosso.

O SR. EDITO SANTANA - Em nome do Deputado Sérgio Ricardo, cumprimento todos os componentes da Mesa e todos os presentes.

O Sindicato não poderia deixar escapar essa oportunidade de manifestar o seu desejo e pedir o maior empenho do Deputado Sérgio Ricardo que tem lutado pelo gás, da Deputada Ana Carla Muniz, do Deputado Silval Barbosa, do Deputado Pedro Satélite que não está presente, do Deputado Campos Neto, enfim, de todos os Deputados desta Casa, para que atendam o pedido do Governador. Nós estivemos com ele na semana passada e ele nos disse que mandou a Mensagem para cá para ser apreciada em regime de urgência urgentíssima. Então, como representante de uma categoria sofrida, que trabalha dia e noite para melhor atender a sociedade do Estado que hoje vem passando por uma crise no sistema, acredito que o gás chegará em boa hora. Daí a nossa vontade de que se concretize e se faça valer a palavra do Deputado Sérgio Ricardo, que até o final do ano seja iniciada a distribuição desse gás aqui.

Discordo quando dizem que não podemos sonhar com esse gás. Concordo quando dizem que temos que sonhar, sim. Se sonharmos e não lutarmos por esse sonho, ele não se concretizará. Então, temos que sonhar e lutar. O Sindicato coloca-se totalmente à disposição da Assembléia Legislativa. O que depender do Sindicato, o que nós pudermos fazer para que esse gás seja distribuído em Cuiabá, principalmente na Baixada Cuiabana, de imediato, será feito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Só acrescentando, lá em Mato Grosso do Sul a classe dos taxistas já vai ter o seu posto de combustível. Quer dizer, o sindicato vai ter um posto de combustível para abastecer. Além dos taxistas, outras pessoas também poderão abastecer nesse posto que vai fornecer o combustível para os taxistas. Aqui também a luta é essa. Com certeza, os senhores têm que correr atrás para terem também um posto de combustível do Sindicato dos Taxistas. O colega nos informa que no dia 28 terá uma reunião do Sindicato. Perfeitamente, nós estaremos lá, com toda certeza.

Não há mais inscritos. Se alguém mais quiser se inscrever (PAUSA). Com a palavra, o Sr. Gonçalo Poconé de Arruda.

O SR. GONÇALO POCONÉ DE ARRUDA - Meu nome é Gonçalo Poconé de Arruda e sou membro da Executiva Municipal do Diretório do PSDB de Cuiabá.

Eu quero aqui parabenizar os ilustres Deputados por esta Audiência Pública – a Deputada Ana Carla Muniz que tem demonstrado, como primeira suplente, a sua ação no Parlamento de Mato Grosso; o Deputado Sérgio Ricardo que já saiu com o carro na frente levando o gás para todo lado; o companheiro Campos Neto e o Deputado Silval Barbosa que teve que se ausentar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Eu acho que a questão do gás natural, em Mato Grosso, não é mais sonho, já é uma realidade. Está faltando realmente que o Poder Legislativo de Mato Grosso aprecie a Mensagem do Governo, que já está tramitando na Casa. É um projeto do Executivo.

Quero parabenizar o Legislativo de Mato Grosso por ter essa brilhante idéia de colocar a discussão para a sociedade de Mato Grosso.

Eu quero direcionar uma pergunta ao Dr. Epaminondas. É uma pergunta bem prática, e a sociedade mato-grossense, com certeza, faria essa mesma pergunta. Por exemplo, se tivesse uma empresa, um supermercado, que fizesse distribuição de gás, que é esse gás de cozinha, e alguém, uma pessoa como eu, quisesse montar uma distribuição de gás aqui em Cuiabá, qual é o procedimento? É viável? Nós temos condições de fazer isso? Na verdade, a expectativa na rua é muito grande. Você anda em Cuiabá inteira e ouve falar em distribuição de gás. Estão distribuindo gás até para mototáxi... Então, a sociedade mato-grossense, cuiabana, tem essa ansiedade. É essa pergunta que eu deixo ao Dr. Epaminondas por ele ser catedrático na questão do gás natural.

Para finalizar, agradeço a Assembléia Legislativa. Os Deputados que tiveram essa iniciativa estão de parabéns, apesar de o projeto do Poder Executivo estar aqui e já poderia ter sido apreciado, mas tiveram essa brilhante idéia de estender a discussão à sociedade mato-grossense, para dar oportunidade de conhecer melhor sobre o gás natural. Um abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Dr. José Epaminondas, para dar as respostas ao Sr. Gonçalo Poconé.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Muito obrigado pela pergunta, Gonçalo.

A resposta não é positiva, porque a distribuição do gás canalizado é monopólio do Estado, está no art. 25 da Constituição.

A única exceção é os postos de abastecimentos. Eles compram da distribuidora e revendem para o dono do veículo que vai abastecer. Então, a única exceção é essa. Infelizmente não é economicamente viável engarrafar em botijões para poder revender. Esse engarrafamento é especial, são cilindros bem diferentes desses que nós usamos em casa, aqueles botijõezinhos, e é restrito a alguns usos. Nós vamos ter que continuar até que chegue em nossos bairros, em nossos municípios consumindo o GLP nesse botijão tradicional. Quando o gás chegar, e ele vai chegar num duto, ele vai ser interligado e você só terá o trabalho de abrir e fechar a torneirinha e o de pagar a conta no fim do mês.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Faride Melo.

O SR. FARIDE MELO - Boa-tarde, senhoras e senhores!

Nós queremos anunciar que quanto ao gás canalizado, nossa primeira experiência ocorreu em 1967, na cidade de Santos, em São Paulo, quando houve a explosão do gasômetro. Jamais foi recuperado aquele sistema.

Em 1999, em abril, eu participei do primeiro seminário da MSGás, em Campo Grande, quando o Zeca do PT era Governador do Estado. Confirmando as palavras que foram ditas aqui, o gás está passando no nosso quintal, no caso lá de Corumbá a Porto Alegre, e o mesmo preço em Porto Alegre será o cobrado em Campo Grande. Diziam que isso era um fantasma da legislação brasileira. Eu não sei o que é que diriam com isso. Comentamos também na oportunidade a instalação dos ramais para atendimento residencial em cidades já assentadas e não em crescimento, com planejamento definido ou com reserva, como é o caso de Botucatu. É muito difícil realmente esse trabalho - não desmerecendo toda essa luta do senhor, a quem admiro e acompanho -, principalmente em Cuiabá, porque é muito acidentada, porque tem uma topografia muito acidentada, tem córregos, aclives, declives, rios e outros tantos fatores.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Uma outra coisa, porque está se discutindo aqui o projeto da MTGás e eu não tenho nenhuma cópia, mas me falaram que os ônibus intermunicipais teriam algo em torno de 50% do IPVA. Eu gostaria de saber se existe a conversão, se um ônibus que é a diesel pode funcionar com o gás.

Essa é a pergunta que eu gostaria de colocar, se ele pode usar o gás aqui na saída e utilizar o diesel num local distante onde não tenha o produto.

Era só para fazer esse registro. Eu quero parabenizar todos e desejar sucesso nesse evento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Dr. José Epaminondas Matos, para responder a pergunta do Sr. Faride.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Só para fazer um registro, Sr. Faride, o gás natural, lá em Santos, com certeza, é o gás de refinaria, para ser armazenado em gasômetro. É um gás que tem um poder calorífico de quase um terço do gás natural e precisa ser armazenado. É o contrário do gás natural, que não tem armazenamento. O próprio gasoduto serve de recipiente de armazenamento. Então, nós não temos, aqui, esse risco de explodir gasômetro. O nosso gasoduto é feito com a mais alta tecnologia existente. Eu tive a oportunidade de, há pouco tempo atrás, acompanhar o pessoal da empresa a uma vistoria e nós verificamos que para cada 30km há uma válvula de segurança que é acionada por satélite. Qualquer vazamento que houver, ela se fechará automaticamente, cessando qualquer vazamento. Então, nós temos segurança. Além de não ter o gasômetro, não teremos explosão.

Agora, quanto à conversão do diesel é viável. Tecnicamente, é viável; economicamente, não, no caso dos ônibus. Por quê? Porque no Brasil há um costume de começarem a usar os ônibus nas grandes cidades e passar para cidades menores. Há ônibus da década de 50 rodando até hoje. Isso é um absurdo, mas acontece. Então, serve São Paulo e, de São Paulo, vai para uma cidade menor. Passa por Cuiabá, vai para Cáceres e acaba entrando na Bolívia. Então, por essa característica, não é viável, ainda, a conversão dos ônibus para o gás. Agora, com a distribuição de gás em vários municípios em breve, isso será viável. Então, eu creio que teremos, também, os ônibus a gás em nosso País.

Só para efeito de registro, eu quero informar que há frotas cativas, como a Coca-Cola que tem carros enormes que distribuem bebidas, cerveja, refrigerante, tudo. No Nordeste, todos eles estão, essas frotas cativas, sendo adaptados para o consumo a gás.

(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL)

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - É o projeto do Deputado Silval Barbosa dando desconto no IPVA.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu entendo que sim. Eu entendo que pode na intermunicipal.

É um projeto que está aqui, é importante e vai ter muita discussão.

Em São Paulo, Sr. Epaminondas, parte da frota de transporte coletivo é a gás.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Fabrica ônibus a gás, sempre saiu original da fábrica, mas só para exportação.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Claro. Mas tem parte da frota, pequena parte de São Paulo que é a gás, o que quer dizer que hoje nós não podemos exatamente porque é a velharia que vem para cá. É a velharia que vai para o interior, mas isso tem que acabar um dia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Eu acho que um dia o usuário do transporte coletivo de Cuiabá, Várzea Grande, enfim, de Mato Grosso, não vai ter que se sujeitar a essa frota antiga, caindo aos pedaços, que nós temos aqui.

Encerrada as falas, gostaria de abrir para as perguntas. Se alguém da platéia quiser fazer perguntas a algum membro da Mesa, esse espaço está aberto a partir de agora.

Este microfone vai até... Eu acho interessante que se alguém tiver alguma dúvida, pergunte às pessoas que estão aqui fazendo parte da Mesa.

O SR. LUIZ ROMERO - Muito obrigado.

Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Sérgio Ricardo.

Eu não sei se cheguei atrasado, mas não ouvi falar sobre o imposto, porque o Governo cobra um dos impostos mais caros da energia elétrica do Brasil. Será que esse próprio Governo não vai massacrar o consumidor com esse imposto?

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu peço que responda os que estão aptos a falar pelo Governo aqui.

O SR. LUIZ ROMERO - Se o Governo for cobrar 42% de imposto sobre o gás, alguém vai ter coragem de usar gás aqui?

Meu nome é Luiz Romero, moro aqui em Cuiabá há dezessete anos, sou empresário no ramo de indústria, comércio e finanças. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Politicamente, como Deputado, digo que esta Assembléia Legislativa não vai deixar que isso aconteça facilmente, quer dizer, a política tem que ser justa. Nós queremos um combustível barato e que nada venha a encarecer isso. Então, a Assembléia legislativa vai estar firme nessa briga. Eu acho que aí não vai valer a pena. Eu não tenho dúvida de que essa sua preocupação vai ser sanada. Não vai acontecer de um imposto inviabilizar o combustível.

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Quero só complementar a fala do Deputado Sérgio Ricardo. Primeiro, na mensagem do Governo, não tem nenhum item que diz respeito a imposto. Segundo, para o Governo, o Executivo, mandar a criação de um imposto, ele precisa da maioria da Assembléia Legislativa. E o que nós estamos discutindo é a implantação da MTGás, que vai ser um benefício inclusive no bolso do cidadão, desde que haja a instalação da MTGás, haja todo o procedimento para chegar lá na ponta da distribuição.

E a questão do imposto, eu não acredito, até porque o Governo foi muito claro sobre essa questão de impostos, que Mato Grosso já tem muito. Teve inclusive a aprovação da Assembléia Legislativa, na legislatura passada...

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Eu quero complementar o seguinte: primeiro, a reforma tributária da forma como vem sendo apresentada, com a uniformização do ICMS, em nível nacional, Mato Grosso se quer poderá falar ou ditar as regras de imposto de circulação de mercadoria e serviços. Nós até acreditamos que não vai passar a reforma tributária, tal qual ela está colocada, porque isso inviabilizaria o Estado, uma vez que 95% dos impostos hoje ficariam nas mãos da União. Em segundo lugar, se é idéia do Governo que nós tenhamos aqui a utilização de uma matriz energética alternativa menos poluente, ela só poderá ser utilizada por nós se for mais barata, senão não adianta envidarmos nenhum esforço. Eu acho que em termos de números, o Deputado Sérgio Ricardo nos apresentou alguns números, é óbvio que se for para pagar dois e trinta pelo metro cúbico de gás, como é a gasolina, ninguém vai usar, nem eu, nem o senhor, nem ninguém. Então, a idéia não é essa, a idéia é que nós tenhamos efetivamente a economia, competitividade, menos poluição e a satisfação da sociedade de Mato Grosso com esse projeto.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

O SR. LUIZ ROMERO - A omissão do Governo em não dizer sobre imposto nesse projeto abre precedentes para cobrar o que quiser.

Não devemos esquecer que, esse imposto de 42% sobre a energia elétrica, foi esta mesma Assembléia Legislativa que aprovou. Se não me falha a memória, os senhores não eram Deputados naquela época, mas os senhores sabem que esses 42% foram endossados pelos Deputados, sim! E até hoje, poucos Deputados tentaram derrubar esse ICMS e não conseguiram. Então, é um risco que nós corremos, sim, de taxar esse gás em mais de 42%. Por isso ele omitiu no projeto.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - O Governo não poderia tratar de imposto no mesmo projeto que cria uma companhia. O projeto cria a companhia e dá diretrizes para o seu funcionamento. Não há omissão. Há simplesmente um receio que o senhor está transmitindo, porque seria incompatível criar uma companhia de gás e dizer quanto vai ser cobrado de imposto, isso não existe. Não existe omissão nenhuma do Governo.

O que existe é impropriedade técnica de se colocar questão de imposto de circulação de mercadoria na criação da companhia. Agora, o receio que o senhor tem é o receio que toda comunidade tem. Ninguém quer hoje pagar 38,5% do Produto Interno Bruto de imposto, que significam 400 bilhões de reais, que em termos de políticas sociais não estão retornando à população. O medo que o senhor tem é o mesmo que eu tenho, como cidadão e como integrante do Governo também.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Jonas Silva.

O SR. JONAS SILVA - Boa-tarde.

Eu sou professor Jonas e trabalho com o Deputado Carlos Abicalil.

Eu gostaria de estar contribuindo com o Luiz.

O *lobby* que vem sendo feito em cima do gás, principalmente em cima da perspectiva do meio ambiente, ninguém vai questionar. Voltando à questão energética, qual é a energia mais barata do mundo? É a energia hidráulica. Onde está o maior potencial energético hidráulico? Está na região Amazônica, em Mato Grosso.

Nós pegamos um modelo de privatização que coloca a energia elétrica de Mato Grosso como uma das mais caras do mundo, comparada com a dos Estados Unidos, como Nova York e outros Estados que também têm o mesmo modelo energético. Não quer dizer que aqueles empresários que estão lá não gostam de dinheiro. Lá é o berço do Capitalismo. As empresas mato-grossenses têm lucro superior ao dos americanos. Então, a preocupação do empresário Luiz tem que ser levada em consideração. É necessário saber dos membros da Mesa se os senhores têm conhecimento do acordo entre a PETROBRÁS e a Bolívia, porque é um acordo internacional, do Governo Federal com outro país. É necessário fazer esta pergunta.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu só queria dar uma resposta política e o senhor já dá a sua também, Secretário Furlan. Com certeza, o gás natural em São Paulo, o metro cúbico custa noventa e nove centavos. Eu tenho certeza de que se a dona da distribuição em São Paulo fosse a PETROBRÁS dificilmente o preço seria esse, baixo assim, de noventa e nove centavos. Por isso nós vamos discutir o modelo da empresa que vai distribuir o gás aqui. Se for a PETROBRÁS, como ela já compra, ela tem um contrato com a Bolívia, lá ela compra X número de metro cúbico por mês, e consumindo ou não essa quantidade ela tem que pagar. Portanto, a política que ela implementa pode não ser o modelo que nós vamos desejar aqui para Mato Grosso. E é politicamente que vai se decidir isso e se não for, não vai ser a PETROBRÁS que vai distribuir o gás para Cuiabá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Então, isso tudo passa aqui pela Assembléia Legislativa. Então, se não for, se ela não atender as expectativas de quem vai consumir o gás natural aqui, não será a PETROBRÁS como faz em Mato Grosso do Sul que vai distribuir aqui em Mato Grosso. Nós temos os exemplos do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro, é uma empresa italiana e, em São Paulo, salvo engano, é uma empresa espanhola, mas são duas cidades onde a distribuição é 100% privatizada. De repente em Mato Grosso - e nós vamos discutir muito isso, a Assembléia Legislativa vai discutir muito isso com a sociedade -, o modelo vai ser como o de São Paulo e Rio de Janeiro, privatizar 100% ou, se entendermos ou a sociedade entender, poderá ser o modelo de Campo Grande, 51% do Estado e 49% da PETROBRÁS. O importante é que o gás, quando chegar ao consumidor, atenda as suas necessidades, com qualidade e preço.

Então, a luta política é essa, Sr. Alexandre Furlan.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Quando ele falou no começo da questão das matrizes energéticas e do potencial hidráulico, efetivamente, nós temos mais de cinquenta projetos de pequenas centrais hidrelétricas em Mato Grosso. Mato Grosso tem um potencial de mais de 13 mil megawatts de energia gerada a partir das hidrelétricas.

Então, obviamente, Mato Grosso está trabalhando nisso também. A partir do momento que nós desejamos um Estado que refiscalize a sua produção, que agregue valor, que atraia indústria para cá e que gere mais empregos e outras coisas mais, nós temos que pensar nessas alternativas todas. Então, a alternativa hidráulica já está sendo pensada, já está sendo feita, já estamos aí.

Uma outra coisa, complementando o que o Deputado falou, é que nós estamos criando um modelo, e é isso que nós estamos discutindo aqui, um modelo diferente de todos os modelos existentes de companhias de gás no Brasil. Com exceção, como diz o Deputado, de São Paulo e do Rio de Janeiro, todas as outras têm a participação da PETROBRÁS. E é justamente por conta desse acordo, não sei se o senhor estava aqui desde o começo, quando eu disse que os preços que hoje existem, de compra do gás da Bolívia, são por conta desse acordo feito pelo Governo e pela PETROBRÁS. A Ministra Vilma Russeffi, há duas semanas, tentou negociar com o Presidente da Bolívia a redução disso. Segundo dizem, o Brasil estaria conseguindo renegociar isso. É justamente por isso que nós queremos uma companhia diferente, para que nós possamos estar negociando com a empresa que hoje tem o gasoduto quanto nós vamos pagar de pedágio para transportar esse gás, que pode ser a metade do que se paga pela GASBOL da PETROBRÁS, de 1,7 por milhão de BTU, corrijo o meu equívoco de antes.

É justamente essa idéia, por conhecermos essa barbearagem que foi feita, na expectativa de que aquele dólar fajuto que existia até três anos atrás, que estava sendo represado e que depois deu um salto enorme... Quando a PETROBRÁS se deu conta, como ela tinha feito o contrato em dólar e hoje o contrato, parece-me que é algo em torno de 15 a 16 milhões de metros cúbicos por dia, eles só estão transportando dez... Não é isso, Sr. Epaminondas?

Então, eles têm uma defasagem de seis milhões de metros cúbico por dia de gás, que eles têm que pagar por força desse contrato. É justamente por conhecermos esse contrato que nós não queremos que Mato Grosso esteja nesse mesmo modelo, porque nós temos condições de negociar um pedágio menor para transportar o nosso gás, com mais de duas dezenas de produtoras que têm lá na Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu só quero informar que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia, Canal 36. Então, além deste público aqui, todos os telespectadores que estão sintonizados no Canal 36 estão acompanhando esta discussão. Alguém mais ainda quer usar a palavra?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Com a palavra, o Sr. Gonçalo Poconé de Arruda.

O SR. GONÇALO POCONÉ DE ARRUDA - Eu quero fazer uma pergunta, Deputado, com relação justamente à questão do imposto. Na verdade, o Governo do Estado, não só de Mato Grosso, sempre é a mãe de todo mundo, do setor produtivo, como aconteceu em vários programas do Governo passado: o governo PROARROZ, o governo PROCAFÉ, o governo PROÁLCOOL, o governo PROMADEIRA, governo PRO não sei o que mais... Quer dizer, o Estado em si, na verdade, perde muito com esses programas de renúncia fiscal e o Estado tem que ter a sua receita para dar educação, saúde, segurança aos mato-grossenses.

Eu quero fazer uma pergunta com relação a esse projeto do Executivo que nós não conhecemos, até porque houve um pouco de sigilo e a sociedade não tem ainda conhecimento desse projeto do gás natural que o Executivo mandou para o Legislativo.

Meses atrás, nós assistimos pela imprensa de Mato Grosso à reunião da PETROBRÁS com o Governador Blairo Maggi sobre a questão do gás natural. Eu não sei como é que ficou. A informação que nós temos, assistindo pela televisão e ouvindo pelas rádios, é que não teve uma definição. A PETROBRÁS tem interesse em explorar o gás em Mato Grosso, mas parece-me que o Governo do Estado não deu nenhum aval a respeito disso. Essa é a informação que temos através dos jornais. Está de parabéns se realmente... Se ele for dar para a PETROBRÁS não vai adiantar o gás, porque a PETROBRÁS irá colocar o preço que ela quiser, já é uma estatal que há muito tempo vem explorando o povo brasileiro.

Eu quero perguntar à Deputada Ana Carla Muniz se o Governo do Estado tem intenção de criar um PROGÁS em Mato Grosso com renúncia fiscal. Na verdade, nós temos que ser bem práticos. O Estado vai criar uma estrutura, a MTGás vai ser uma estrutura. De onde é que vai tirar recursos para pagar os técnicos, os funcionários, os diretores para que essa companhia venha realmente a fazer o trabalho de distribuição de gás no Estado de Mato Grosso? Eu acho que o Estado tem o dever de arrecadar, sim, alguma coisa até para dar sustentabilidade às ações do Governo no suporte a essa companhia que vai ter seus técnicos, seus trabalhadores, vai ter um gasto, o Estado terá um gasto com relação a isso. Eu acho que é justo cobrar aí uma pequena quantidade de imposto, mas não precisa ser exorbitante como a da energia que está aí, que é um assalto à mão armada ao povo mato-grossense. Um abraço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Alexandre Furlan.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Eu quero dizer ao Gonçalo Poconé que falou, no começo do seu pronunciamento, que o Estado é a mãe. Na verdade, o setor produtivo que é a mãe deste Estado. Se não fosse o setor produtivo, nós estaríamos bem atrasados. E aqui não estou para defender políticas de Governo anterior. Agora, os programas de incentivos, se não fossem eles, nós não teríamos conseguido atrair nem a metade dos investimentos para Mato Grosso. Por quê? Porque nós somos um Estado de novecentos e seis mil quilômetros quadrados, com dois milhões e setecentos mil habitantes, um dos Estados de menor identidade populacional do País, com um mercado interno extremamente insipiente para atração de indústrias de produtos em larga escala. Se nós não tivermos atrativos, como está fazendo Goiás que desenvolveu mais do que nós porque deu mais do que Mato Grosso deu ultimamente, nós não tínhamos atraído ninguém.

Na verdade, não há Estado no País que trabalhe sem incentivos, vai haver com a reforma tributária, se nós pudermos equalizar todo mundo da mesma maneira e se nós estivermos caminhando para frente. Então, eu sou plenamente a favor dos incentivos, até porque se nós não tivermos um programa de incentivo, quando vier a reforma tributária aí é que não vai poder ter, e os outros Estados vão ter e nós vamos perder mais ainda.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Outra coisa, com relação ao que se perguntou à Deputada Ana Carla, eu gostaria de antecipar que nós estamos estudando um programa estratégico de desenvolvimento do Estado, cuja formatação já está quase no final, também para ser discutido com a sociedade. Desapareceriam, a princípio, esses PROs todos que existem e nós teríamos um tratamento igualitário, mais ou menos, para todas as empresas que viessem a se instalar aqui, de todos os segmentos. Então, existe isso.

E mais uma informação: com toda a renúncia fiscal existente para atrair investimentos, nesses PROs que existiram aí - PRO-MADEIRA, PRO-COURO, PRO-ALMAT -, as receitas do Estado cresceram em mais de 40% nos últimos anos. Então, eu acho que é uma questão de nós sabermos focar as coisas.

Claro que o Estado tem ainda uma estrutura grande. Como vim da iniciativa privada para o Estado, sou daqueles que entendem que o Estado tem que mudar seu papel, que o Estado tem que ser muito menos assistencialista e muito mais parceiro. Para isso significa, sim, que nós teremos que diminuir muito a estrutura do Estado, o que ainda não pode ser feito por questões óbvias de não se conseguir gerir a máquina, com todas as condições necessárias, porque às vezes não se tem um profissional adequado naquela função e há sérios problemas.

Agora, com relação à questão dos incentivos, tenham certeza de que os Estados, hoje, no Brasil, principalmente os das regiões menos favorecidas, do ponto de vista de localização estratégica e desenvolvimento nacional, que são as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, se não tiverem incentivos, não alavancarão nada.

Por que Mato Grosso cresceu mais do que Mato Grosso do Sul depois da divisão do Estado? Porque nós tínhamos aqui a SUDAM. Com todos os percalços, com todas as falcaturas que possam ter sido feitas na SUDAM, nós tivemos dezenas de projetos consolidados e bons projetos. Nós fizemos um levantamento uma vez, lá na Federação das Indústrias, e foi constatado que esses projetos alavancaram dezessete mil empregos e que eram responsáveis por 30% de geração de ICMS no Estado. Então, essa questão que tem que ser debatida e é bom que se pergunte isso para que nós possamos estar discutindo.

Ninguém quer pagar impostos. Como Secretário de Estado, tenho que defender políticas de Governo. Agora, como cidadão, eu acho um absurdo termos que pagar 38,5% do PIB de imposto. Vocês estão vendo a dificuldade com que o Governo atual está tendo para baixar. Até agora, se vocês forem ver, nos seis primeiros meses do Governo Federal, ele não conseguiu baixar a carga tributária. Mas vocês acham que não é vontade do Governo baixar a carga tributária? Claro que é! É uma vontade até porque o Governo que está lá tem todo o respaldo popular e tem o nosso respeito e torcida para acertar.

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Para complementar a fala do Secretário Alexandre Furlan, eu tenho a visão de que o Estado não tem por que visar lucro. Ele tem que fazer investimentos na área da saúde, da educação, de infra-estrutura e dar incentivo para atrair empresas, porque se ele não atrair empresas, ele não atrai emprego, ele não gera renda, não gera consumo. Se for para o Estado criar um monte de empregos, ele virará um cabidão de empregos. Eu acho que é diferente o Estado da empresa privada, porque a empresa privada visa ao lucro, mas o Estado não, ele visa à promoção do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Há mais perguntas?

Com a palavra, o Sr. Valdemar.

O SR. VALDEMAR - Há uma dúvida que, ainda, não foi esclarecida sobre a utilização do gás, que está sendo mal aproveitado. Ele está sendo queimado bruto. E a sociedade quer saber se vão aproveitar da maneira como deve ser, implantando uma refinaria aqui, em Cuiabá,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

uma separadora, que vai separar os derivados do gás, porque esse gás é muito rico em derivados. Ele está sendo queimado bruto, não está sendo totalmente aproveitado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu vou passar essa pergunta para o Dr. Epaminondas responder.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Valdemar, desculpe-me, eu não respondi e você tinha feito essa pergunta.

Eu já li bastante coisa na imprensa sobre isso, mas não é verdade. Eu tenho uma análise do gás daqui e de Campo Grande, ele tem cerca de 90% de metano. Os outros 10% são outros gases, butano, etano. Nós não temos volume suficiente para separar esses outros 10% que dá para se fazer... Há um empresário querendo montar uma fábrica de gasolina em Campo Grande. Não dá. Não é viável. Isso é feito. Normalmente, é feito. Eu conheço lá no Rio Grande do Norte. A PETROBRÁS faz. Quando se tira o gás das jazidas, dos poços, ele passa em uma unidade de processamento de gás natural para homogeneizar. Então, ele homogeneiza, retira as impurezas e alguma coisa. Você pode tirar GLP; você pode tirar a gasolina e alguns fertilizantes hidrogenados, mas isso na boca do poço. Aqui, depois que o gás foi homogeneizado, não dá, não é viável, você não tem quantidade suficiente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Valdir Rosa.

O SR. VALDIR ROSA- Boa-tarde a todos!

Meu nome é Valdir Rosa, Vereador por três mandatos da cidade de Terra Nova do Norte.

Nós observamos a preocupação das pessoas no tocante ao imposto. Quando vamos aprovar alguma lei que gera imposto, sempre tem essa preocupação, como a que estamos falando no momento.

Eu quero fazer uma pergunta: tendo em vista que em São Paulo e no Rio de Janeiro, conforme o Deputado Sérgio Ricardo falou, são privatizados, o gás fica mais barato, e no caso de Campo Grande, que é distribuído pela PETROBRÁS, não foi falado o preço. Isso está criando uma certa cisma nas pessoas que têm que ausentar a PETROBRÁS e optar pela privatização. Os senhores têm informação do preço de Campo Grande, que é pela PETROBRÁS?

Com relação à questão de imposto aqui no Estado, nós queremos fazer mais uma pergunta. São Paulo, com certeza, está pagando imposto também e está sendo vendido a noventa e nove centavos o metro cúbico. Como lá está bem mais longe do que aqui, nós estamos tendo informação de que podemos ter o preço por metro cúbico bem mais barato. Vamos supor que, por estarmos mais pertos, tenhamos a possibilidade de ter o preço mais em conta aqui e, com todas as dúvidas, que o nosso imposto seja maior um pouco, mesmo assim não poderá ficar mais caro do que noventa e nove centavos. Então, eu acredito que de forma alguma nós teremos esse gás mais caro, mas há uma preocupação de muitas pessoas. Lá em São Paulo eles não estão vendendo gás sem cobrar imposto, e está sendo esse preço. Então, eu gostaria de saber se o Deputado Sérgio Ricardo tem informação do preço do gás distribuído pela PETROBRÁS em Campo Grande, se é mais caro do que o de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Alexandre Furlan.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Veja bem, vamos ter a aprovação de um projeto de lei que cria uma companhia e vamos ter uma licitação pública.

Ninguém quer afastar a PETROBRÁS da licitação. A PETROBRÁS vai participar da licitação, se entender que deve participar, e, se ela ganhar, vamos ter a PETROBRÁS como sócia. Só que estamos tomando cuidado. Quem ditará as regras do jogo será o Estado do Mato Grosso, que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

vai ter 51% das ações ordinárias. Se nós licitarmos e a PETROBRÁS pagar o melhor preço na licitação, vamos ter a PETROBRÁS como sócia, sim. Então, a diferença é que a PETROBRÁS - e vamos esclarecer definitivamente isso - tem sido reticente em aceitar o modelo que estamos propondo, que é o modelo que consta a questão do usuário livre, porque isso não cabe à PETROBRÁS, dizer se podemos ou não colocar a questão do usuário livre. Inclusive, saiu matéria no jornal *A Folha de São Paulo* da semana passada noticiando que lá em São Paulo, onde a PETROBRÁS não tem nada a ver com isso e não existe o conceito do usuário livre, a Klabin e a Nadir Figueiredo, que são duas grandes empresas - a Klabin, todo mundo conhece, produtora de celulose, e a Nadir Figueiredo faz copos, pratos e tal - estão entrando na Justiça, para que lhes seja dado o direito de serem usuário livre. O que significa usuário livre? Significa simplesmente que ele pode comprar diretamente do produtor lá na Bolívia. Se nós temos uma empresa aqui que construiu um gasoduto, que custou rios de dinheiro e que hoje está ocioso, por que não deixarmos essa empresa utilizar esse gasoduto para trazer o gás que ele compra direto do produtor na Bolívia e nos alugue o duto por um preço mais barato do que aquele que a PETROBRÁS iria nos cobrar? São duas coisas distintas que temos que desmistificar aqui.

Estamos fazendo um projeto que diferencia Mato Grosso com relação à possibilidade que Mato Grosso tem de otimizar a compra desse gás por um preço mais barato, sem que isso signifique, de forma alguma, que estamos privilegiando ou sendo anticoncorrenciais, vamos dizer assim. Não. Estamos apenas estabelecendo esse conceito, inclusive essas empresas devem ganhar na Justiça, pelo que observamos na matéria. Então, essa é uma coisa que tem que ficar clara.

Nunca ninguém disse lá na reunião, como foi dito há pouco, e o Poconé fez menção a essa reunião com o Governador Blairo Maggi, em que eu e o Epaminondas Matos estávamos presentes, que o Estado não quer a PETROBRÁS aqui. O que o Estado não quer é que tenhamos que entrar, como disse o assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil, num jogo já com carta marcada, para perdermos o jogo. Estamos tentando montar uma estrutura de forma tal para que nós possamos ditar as regras do jogo e possamos entrar num mercado de livre concorrência com a possibilidade de comprar esse gás mais barato, sim, porque senão não vale a pena criarmos a companhia. E o que foi dito para o pessoal da PETROBRÁS, com todas as letras, e isso não vai contra, pelo contrário, a PETROBRÁS tem tecnologia, tem dinheiro para aportar... Foi dito que para a PETROBRÁS isso é mais um negócio e para Mato Grosso é o negócio e que o Governo não pode, depois, ser responsabilizado pela sociedade por ter feito um mau negócio. Eu só queria deixar esclarecido isso, que não existe a intenção de afastar a PETROBRÁS, porque legalmente não podemos fazer isso, é uma licitação pública. Agora, existe a preocupação de conseguirmos fazer diferente, para sofrermos menos do que os outros Estados que têm sofrido na mão desse contrato, que foi mencionado, com a Bolívia, e que hoje causa transtorno.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vereador, eu vou ficar devendo os valores de Campo Grande.

Com a palavra, o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO - Eu sou de Jaciara, meu nome é Fábio e eu gostaria de saber se o gás vai para Jaciara ou não.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Passo a palavra ao Sr. Epaminondas Matos, que gostaria de tecer um comentário com relação à questão anterior.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Nós vamos ser os primeiros. O Secretário Alexandre Furlan falou que estamos inovando. (NESTE MOMENTO, PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - O maior defensor do usuário livre é a ANP, que é o grande xerife.

O SR. ALEXANDRE FURLAN (FALA FORA DO MICROFONE) - Só para esclarecimento, não existe nenhum tipo de jurisprudência a respeito desse assunto. Há um vácuo jurídico. Existem teses de pareceres encomendados que eventualmente a PETROBRÁS entende que não pode e outros entendem que pode, porque para ela não é interessante isso. (NESTE MOMENTO, PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Só um minutinho. Vamos nos organizar para falar nos microfones, porque estamos transmitindo ao vivo esta Audiência Pública.

A pergunta do Sr. Fábio é se o gás vai para Jaciara.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Permitam-me, antes de falar de Jaciara, falar para o Sr. Valdir Rosa como se define o preço. O preço não é tabelado, mas é vigiado pela ANP. Então, para se definir o preço, pega-se o custo de compra do gás, o custo de transporte e a margem, no caso da MTGás. A MTGÁS não vai poder pôr o preço que ela quer, ela vai ter que seguir essa fórmula. Quanto ao gás veicular, tem mais um componente que é preocupante, que é o custo do posto. O Sr. Fernando poderá falar quanto custa para implantar um posto de distribuição de gás.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO - Olha, um posto não muito sofisticado, simples, custa de oitocentos a um milhão e reais. Existem os tanques que custam até duzentos e cinqüenta mil dólares. O custo da sua implantação, hoje, é alto. Por esse motivo varia, também, o preço.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Felizmente, Mato Grosso é um Estado onde todos querem investir. Isso não será problema.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Nesse campo, nós temos novidades. Já há alguns equipamentos desenvolvidos no Brasil, estão em teste e custam exatamente 10% do valor dos equipamentos atuais.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Melhor ainda.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Bem melhor.

Agora, quanto à pergunta do Fábio sobre a ida a Jaciara. Nós vamos responder a pergunta do Fábio, com relação à Jaciara, e do amigo que falou do Vale do Araguaia.

A intenção do Governador, que, inclusive, já esteve com o Presidente Lula, é estender o nosso gasoduto até Brasília. Se o gasoduto for até Brasília, nós vamos atender várias regiões dos Estados de Mato Grosso e de Goiás, onde tem consumo. O que vai ditar o traçado do gasoduto será o consumo. E nós vamos batalhar que ele chegue até Brasília.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Clério.

O SR. CLÉRIO - O meu nome é Clério. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Epaminondas: qual critério seletivo será utilizado para os novos empreendedores?

Para a AGER, eu gostaria também de fazer uma pergunta: qual estrutura a AGER criará para que isso não se torne um cartel, que, hoje, o próprio Governo Federal tem dificuldades para controlar?

Não sei se foram claras as minhas perguntas.

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Os novos empreendedores, aqueles que gostariam de iniciar esse investimento como distribuidor final, lá na bomba... Você falou como parceiro, sócio da MTGás ou como consumidor?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

O Sr. Clério - Consumidor e distribuidor. O senhor é representante do... Exatamente, eu, como distribuidor, teria acesso? Qualquer cidadão comum poderia ter acesso, poderia ter um posto distribuidor, ou teria que ter uma história anterior?

O SR. JOSÉ EPAMINONDAS MATOS CONCEIÇÃO - Só tem essa exceção para distribuição de gás veicular. Qualquer pessoa, inclusive nós já temos cadastradas na Secretaria três empresas que querem montar posto em Cuiabá e em Várzea Grande para distribuição de gás. Os outros são usuários, são clientes da MTGás. Então, ela tem todo interesse em atender. Se ela tem lá, como tem a fábrica de cimento em Nobres, a cento e trinta quilômetros daqui, que é uma grande consumidora, ela vai fazer tudo para levar a Nobres o ramal.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Só para uma informação.

Nós recebemos aqui, em meu gabinete, Secretário, há vinte dias, uma empresa argentina. Eles estão instalados em Buenos Aires e já estudaram o potencial de Cuiabá e Várzea Grande, e já vieram aqui. Estão dispostos, a partir do momento que se abrir as portas para instalação de postos, a vir aqui e instalar tantos postos quantos forem necessários. Então, quando o Estado autorizar a licitação, não vai faltar para Cuiabá gente interessada em instalar posto de combustível aqui. Essa empresa é argentina e já fez um estudo do potencial de consumo. Então, essa questão do custo seja quanto for... O mercado aqui já é bom. Já é tão bom que já tem empresa batendo às portas para se instalar aqui.

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Em relação à fiscalização da AGER, o Dr. Gabriel quando fez a sua intervenção fez uma colocação extremamente importante. Se há um bom marco regulatório, não tenha dúvida, a fiscalização se torna muito mais fácil. Hoje, o que está acontecendo com relação a essa fiscalização é que essa fiscalização veio depois, tudo já tinha sido privatizado. As regras já estavam postas, quando veio a fiscalização. Essa é a grande dificuldade que o País tem hoje com relação aos serviços concedidos à iniciativa privada, porque a regulação veio depois da privatização. Hoje, está se correndo atrás do prejuízo e vai ter que aos poucos resolver essa questão.

Agora, a sua pergunta é muito mais em termos de monopólio. Veja bem, a distribuição é monopólio, sim. É monopólio do Estado, o Estado é que vai fazer, através da MTGás. Quanto a essa única exceção que tem, que é para os postos de gasolina, a fiscalização... Primeiro, os postos de gás, na verdade, são em número muito reduzido. Já foi colocado aí que Campo Grande que já tem há algum tempo está com três postos. Como é um número muito reduzido, não há como proliferar, a fiscalização não é complicada, desde que essa regra esteja bem estabelecida na própria lei de criação da MTGás e nesse marco regulatório.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Nós temos que encerrar os nossos trabalhos, porque a sessão plenária já vai começar. Nós, Deputados, temos que ir ao plenário. Hoje estará aqui o Secretário Cloves Vettorato, para responder algumas perguntas.

Eu quero agradecer a presença de quem veio assistir, das autoridades. Tenho certeza de que o que aconteceu aqui hoje é um marco na história da distribuição do gás em Mato Grosso. É um marco para a economia do Estado. É um marco para nossa, a partir daqui, sustentabilidade. Eu diria que é alvo de sustentabilidade na questão do combustível, porque nós temos um gasoduto aqui. E é importante a participação de todos e esse é só um acontecimento para discutir essa questão. Eu quero convidar todos, quando esse projeto estiver em discussão, a assistir às sessões, porque o projeto vai ser amplamente discutido. Depois de nós ouvirmos toda sociedade, afunilarmos todas as discussões, esse projeto vai ser lapidado, conforme o Sr. Adair sugeriu, com a participação da sociedade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO E**  
**DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

O que nós queremos é o gás sendo distribuído em Mato Grosso, o gás competitivo, barato, e que facilite muito a vida daqueles que vão utilizar o gás como combustível, as empresas que vão utilizar o gás, e assim por diante.

Quero agradecer a presença de todos.

Com a palavra, a nobre Deputada Ana Carla Muniz.

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Eu também gostaria de agradecer a todos os presentes e convidar para o dia 23, quando nós vamos ter uma grande Audiência Pública, com vários parceiros, para discutir a reforma tributária.

Como os senhores fizeram a inscrição lá na frente, com certeza, a Assembléia Legislativa vai convidar todos para que possam conhecer os benefícios e os itens que estão prejudicando, principalmente, o Governo Estadual e os Municípios. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Agradeço a presença de todos e até uma próxima oportunidade.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.